

5

Teses

「
Ao Congresso
Constituinte
da Autorreforma
do PSB」



Teses

ao Congresso Constituinte da Autorreforma do PSB

Comissão Redatora

Carlos Siqueira

Domingos Leonelli

Juliane Silva

Paulo Bracarense

Raissa Rossiter

Sinoel Batista

T337t 1
2021

Teses ao Congresso Constituinte da Autorreforma do PSB /
Carlos Roberto Siqueira de Barros, Domingos Leonelli Netto,
Juliene da Silva Ramos, Paulo Afonso Bracarense Costa, Raissa
Alessandra Rossiter, Sinoel Batista. - 1. ed. - São Paulo :
Quanta, 2021.
128 p - 24 cm.

ISBN: 978-65-990864-5-8

1. Partido Político Brasileiro - Plataforma. 2. Partidos
políticos – Brasil. I. Siqueira de Barros, Carlos Roberto.
II. Leonelli Netto, Domingos. III. Silva Ramos, Juliene da. IV.
Bracarense Costa, Paulo Afonso. V. Rossiter, Raissa.
Alessandra. VI. Batista, Sinoel. I. Título.

CDD - 324.381

Elaborado por: Josefina A. S. Guedes
Bibliotecária CRB 9/870



Rua Doutor Clóvis de Oliveira, 166 - Vila Progredior
CEP: 05616-130 São Paulo - SP
Fone/Fax: +55 11 3385-0400

www.qcp.com.br

“

Liberdade sem socialismo,
de fato, liberdade não é.
Socialismo sem liberdade,
realmente socialismo
não pode ser.”

João Mangabeira



Ficha Técnica

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

PRESIDENTE NACIONAL

Carlos Roberto Siqueira de Barros

PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE NACIONAL

Governador Paulo Henrique Saraiva Câmara

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

Luiz Roberto de Albuquerque

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE MODERNIZAÇÃO PARTIDÁRIA

João Alberto Rodrigues Capiberibe

VICE-PRESIDENTE NACIONAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Ricardo Vieira Coutinho

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Rodrigo Sobral Rollemberg

VICE-PRESIDENTE NACIONAL PARA MOVIMENTOS SOCIAIS

Rubens José França Bomtempo

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE RELAÇÕES PARLAMENTARES

Deputado Danilo Jorge de Barros Cabral

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE RELAÇÕES INTERPARTIDÁRIAS

Deputado Júlio César Delgado

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE RELAÇÕES FEDERATIVAS

Prefeito João Henrique de Andrade Lima Campos

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE POLÍTICAS DE GÊNERO

Deputada Lídice da Mata e Souza

SECRETÁRIO-GERAL

Governador José Renato Casagrande

PRIMEIRO-SECRETÁRIO NACIONAL

Geraldo Júlio de Melo Filho

SEGUNDO-SECRETÁRIO NACIONAL

Antonio Carlos Valadares

PRIMEIRO SECRETÁRIO NACIONAL DE FINANÇAS

Márcio Luiz França Gomes

SEGUNDO SECRETÁRIO NACIONAL DE FINANÇAS

Severino Nunes de Araújo

SECRETÁRIOS NACIONAIS ESPECIAIS

Deputado Alessandro Lucciola Molon

Deputado Carlos Camilo Góes Capiberibe

Cláudio Valverde Santos

Domingos Leonelli Netto

Mário Sander Bruck

Deputado Milton Coelho da Silva Neto

Waldomiro Lopes da Silva Júnior

Wilson Nunes Martins

Carlos Enrique Franco Amastha

Jonas Donizette Ferreira

Luciano Ferreira de Souza

Mari Elisabeth Trindade Machado

Prefeito João Henrique Holanda Caldas (JHC)

Deputado José Luiz Stédile

Deputado Luciano Ducci

Deputado Rafael Huete da Motta

Deputado Serafim Fernandes Corrêa

SECRETÁRIO NACIONAL DO MOVIMENTO POPULAR

Acilino José Ribeiro de Almeida

SECRETÁRIO NACIONAL DA JUVENTUDE

Tony de Siqueira Sechi

SECRETÁRIA NACIONAL DE MULHERES

Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha (Dora Pires)

SECRETÁRIA NACIONAL DO MOVIMENTO NEGRO

Valneide Nascimento dos Santos

SECRETARIA NACIONAL SINDICAL

Joílson Antonio Cardoso do Nascimento

SECRETÁRIA NACIONAL LGBT

Tathiane Aquino de Araújo

AUTORREFORMA DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

COMISSÃO ORGANIZADORA

Alessandro Molon

Alexandre Navarro

Amanda Sobreira

Anderson Quack

Beto Albuquerque

Carlos Siqueira

Danilo Cabral

Domingos Leonelli

Dora Pires

João Capiberibe

Jonas Donizette

Juliane Silva

Lídice da Mata

Márcio França

Mari Machado

Martiniano Cavalcante

Paulo Bracarense

Silvio Humberto

Sinoel Batista

Tathiane Aquino de Araújo

COMISSÃO REDATORA

Carlos Siqueira

Domingos Leonelli

Juliane Silva

Paulo Bracarense

Raissa Rossiter

Sinoel Batista

PROJETO GRÁFICO

Sibelle Rieping

REVISÃO DO TEXTO

Iria Zanoni Gomes

IMAGENS

Páginas 3, 8, 15,16, 18, 106, 115 e Contra Capa - Divulgação PSB

Página 21 - Kobra – Divulgação

Página 25 - Bruno Germany - Pexels

Página 29 - CCIFUSP – Divulgação

Página 33 - Jota.info - Divulgação

Página 35 - Adobe Stock

Página 36 - Freepik

Página 38 - Valter Campanato - Agência Brasil

Página 42 - Agência Brasil

Página 50 - Adobe Stock

Página 52 - Sondem - 123RF

Página 56 - Adobe Stock

Página 61 - Pixabay

Página 67 - Adobe Stock

Página 70 - Thiago Japyassu - Pexels

Página 75 - Shutterstock

Página 77 - Adobe Stock

Página 78 - Agência Brasil

Página 82 - Adobe Stock

Página 93 - Adobe Stock

Página 96 - Fetaema - Divulgação

Página 100 - Prefeitura de Fortaleza – Divulgação

Página 104 - Significados.com - Divulgação Cultura Brasileira

Página 110 - Adobe Stock

“

Nós socialistas sempre acreditamos que existem problemas de igualdade, justiça, liberdade e participação que não estão resolvidos, e por isso é necessário elaborar novas formas de organização de atores e projetos, capazes de instaurar mudanças estruturais na sociedade.”

Carlos Siqueira



Sumário

Apresentação 17

Manifesto 19

Introdução - Brasil, Potência Criativa e Sustentável 21

| Planejamento Estratégico 24

| Matriz Energética Diversificada 25

| Água (Reserva Hídrica de Água Doce e Aquíferos) 26

| Biodiversidade (Terrestres e Aquáticas) 27

| Área Agricultável 28

| Amazônia 4.0 29

| Amazônia Azul 31

| A Mineração e o Desenvolvimento Sustentável 32

| A Força Indutora do Turismo 34

| Criatividade, Inteligência Nacional e Inovação Tecnológica 36

Eixo Temático I - Reforma do Estado 38

| Reforma do Estado 39

| Novo Federalismo 40

| Planejamento, Função do Estado Moderno 41

| Reforma Fiscal e Tributária 42

- | Reforma Fiscal e Tributária e o Novo Federalismo 43
- | Gestão do Estado 44
- | Governo Aberto e Gestão Compartilhada 44
- | Agência de Controle da Dívida Pública e de Atividades Financeiras 45
- | Reforma Política e Eleitoral 45
- | Novo Poder Legislativo 47
- | Tribunais de Contas 47
- | Judiciário Moderno 47
- | Política Externa 48
- | Defesa Nacional e Geopolítica 50

Eixo Temático II - Economia: Prosperidade, Igualdade e Sustentabilidade 52

- | A Economia Deve Servir à Vida das Pessoas 53
- | Para Recuperar a Precedência da Política 54
- | Os Fundamentos da Gestão Macroeconômica no Brasil 55
- | Financeirização e Subordinação da Macroeconomia Nacional à Economia Global 56
- | Visão do PSB Sobre o Modelo Macroeconômico 57
- | Inovação e Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento 59
- | Renascimento Criativo da Indústria e Competitividade 60
- | Desenvolvimento da Amazônia 4.0 62

- | Plano Estratégico de Economia Criativa no Âmbito do Projeto Nacional de Desenvolvimento 64
- | O Futuro do Trabalho 66
- | Superar as Desigualdades Econômicas Regionais 68

Eixo Temático III – Desenvolvimento Sustentável e Economia Verde 70

- | Economia Verde, Uma Possibilidade 72
- | Empregos Verdes: O Trabalho Sustentável na Direção da Economia Inclusiva, da Proteção Social e da Conservação Ambiental 73
- | Biomas Brasileiros, Ativos do Desenvolvimento 74
- | O PSB e a Luta Ecológica 76
- | A Premência das Fontes Limpas e Renováveis de Energia 76

Eixo Temático IV – Políticas Sociais e Cidades Criativas 77

- | Políticas Sociais Para Igualdade 79
- | A Seguridade Social como Instrumento de Redução da Desigualdade 80
- | Avançar com o SUS 80
- | A Educação no Brasil 81
- | Instrumentos Norteadores da Educação Brasileira 83
- | Financiamento e Gestão da Educação Brasileira 84

- | Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação 84
- | Revolução Criativa na Educação 85
- | Direito Social ao Trabalho 86
- | Segurança Pública 87
- | Mais Mulheres no Poder 89
- | Emancipação e Empoderamento da População Negra 91
- | Idosos, uma Nova Realidade 93
- | Direito à Juventude Plena 94
- | Por uma Reforma Agrária Que se Conecte ao Brasil do Futuro 96
- | O Direito à Cidade e a Reforma Urbana 97
- | Cidades Criativas 100
- | Cidades Criativas e Pandemia 102
- | Cultura, Desenvolvimento e Criatividade 103
- | Políticas Culturais 104

Eixo Temático V – Socialismo Criativo, Democracia e o Partido que Queremos 106

- | Socialismo Criativo 107
- | Socialismo Criativo e Democracia 109
- | Igualdade, Liberdade e Felicidade 109
- | Pluralidade, Movimentos Sociais e o Partido 110
- | Um Partido Laico e Acolhedor 111

- | O Partido e a Sociedade em Rede 112
- | Separação entre Partido e Governo 113
- | A Autorreforma e o Partido que Queremos 114

Lista dos Participantes da Conferência Nacional
da Autorreforma 117

“

Estamos em um
caminho que já deu o
que tinha que dar.
É hora de dar um
salto adiante.”

Eduardo Campos



“ A vida não se resolve, se vive. Eu vou viver e lutar até o fim.”

Miguel Arraes



Apresentação

Continuam os debates sobre a Autorreforma do PSB, visando a construção de um novo programa, que guiará os socialistas brasileiros nos próximos anos do século XXI.

Agora, temos o prazer de passar às suas mãos o livro 5 da Autorreforma. O caderno 1 continha o material teórico que informou as discussões realizadas em nossa histórica Conferência Nacional, realizada no Rio de Janeiro em 28, 29 e 30 de novembro de 2019, com a participação de mais de 300 dirigentes partidários. O caderno 2 reproduziu as primeiras ideias apresentadas no Caderno 1, agregando as contribuições dos companheiros que participaram da Conferência Nacional da Autorreforma.

Já, o livro 3, continha uma síntese dos cadernos anteriores e a sistematização de uma proposta para o novo programa do PSB, a ser apresentada no Congresso Nacional do Partido em 2021. O livro 4, apresentou o conteúdo do livro 3, acrescido de outras ideias, todas em forma de propostas de Teses, numeradas para facilitar a discussão dentro e fora do PSB. Essas propostas inovadoras e vivificadoras da política foram apresentadas aos militantes socialistas, aos segmentos organizados e à sociedade brasileira, sendo dispostas de forma mais concisa e sem a fundamentação que permanece à disposição no livro 3.

No livro 4, foi acrescentado também um novo capítulo, à guisa de introdução, com o título de: “Brasil, Potência Criativa e Sustentável”, onde são elencadas as principais potencialidades brasileiras no século XXI.

O livro 5, que ora apresentamos, é a proposta de Teses para o XV Congresso do PSB. Nele foram acrescentadas as contribuições advindas das mais variadas discussões realizadas sob o tema da Autorreforma, a começar pela live de lançamento do livro. A Direção Nacional organizou um ciclo de debates quinzenais sobre temas da Autorreforma, com a participação de intelectuais e políticos de diferentes filiações partidárias. Sob o tema da Revolução Brasileira em Caio Prado, o Instituto Pensar, juntamente

com a direção partidária, realizou debates semanais de temas correlatos à Autorreforma. Também os segmentos - Movimento Popular Socialista, Negritude Socialista Brasileira, PSB-Inclusão, Juventude Socialista Brasileira, Secretaria Nacional de Mulheres, Sindicalismo Socialista Brasileiro e o LGBT Socialista - realizaram ciclos de debates preparatórios para o XV Congresso, em torno das teses da Autorreforma.

As teses do livro 4 também foram pauta de discussão em diversos estados e também na Fundação João Mangabeira, juntamente com seus coordenadores estaduais. Vários vídeos foram produzidos sobre os temas da Autorreforma e estão disponíveis na videoteca da página www.autorreformapsb.com.br.

O livro 5, Teses da Autorreforma para o Novo Programa do PSB, depois de aprovado pela Executiva, estará exposto ao debate no site www.autorreformapsb.com.br, junto com os cadernos anteriores e os textos de vários autores consultados. O novo hot site pode ser acessado diretamente no endereço indicado ou através do portal <http://www.socialismocriativo.com.br> e dos sites <http://www.psb40.org.br> e <http://www.fjmangabeira.org.br>.

Simpatizantes do PSB e militantes socialistas podem tomar conhecimento das nossas teses e apresentar críticas e sugestões durante os processos dos congressos municipais, regionais e nacional do PSB, quando as teses deverão ser examinadas, aprovadas e transformadas no novo Programa do Partido Socialista Brasileiro.

Nos cinco eixos do documento, ideias em torno da Revolução Criativa na Educação, Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento, Reforma do Estado, Amazônia 4.0, Empregos Verdes, Reforma Urbana e Cidades Criativas, ao lado da defesa de vários pontos da Constituição de 1988, estão presentes como parte da proposta do novo Programa do PSB. No quinto eixo do documento, dedicamos capítulos ao Socialismo Criativo, à Democracia e ao Partido que Queremos. Está presente, também, referência à Não Violência Ativa como uma ideia de método da luta pelo Socialismo Criativo.

Temos, portanto, uma imensa tarefa a cumprir como militantes do Partido Socialista Brasileiro: a construção de um novo programa para o nosso Partido.

Carlos Siqueira
Presidente Nacional do PSB



Manifesto

Riqueza e desigualdade, luxo e miséria, desperdício e carências elementares, beleza cultural e violência, principalmente entre os mais pobres, caracterizam o Brasil do início do século XXI. A pandemia do Coronavírus aprofundou esse quadro, engendrou novos modos de trabalho e ampliou a exploração.

A pobreza, a ignorância e a miséria convivem com uma economia razoavelmente complexa. O Brasil está entre os países mais ricos, mas é um dos países com maior grau de concentração de renda do mundo.

O Brasil, além de ser uma nação multicultural e etnicamente diversa, possui uma bio-sociodiversidade como nenhum outro país, detém a maior reserva de água doce do planeta, terras férteis, uma matriz energética invejável e imensas reservas minerais. E, entre tantas riquezas, é habitado por um povo alegre e criativo. Criatividade, aliás, que precisa se transformar em ativo cultural, econômico e tecnológico.

O projeto de desenvolvimento implementado por Getúlio Vargas, entre as décadas de 1930 e 1950, alcançou apenas parcialmente seus objetivos. Mas se esgotou, sem a sonhada inserção da maioria do povo brasileiro na plena cidadania econômica, social e cultural. No ciclo democrático, iniciado em 1985, não foi possível elaborar e implantar um Projeto Nacional de Desenvolvimento que resultasse na inclusão massiva. Faltou, e ainda falta, um projeto de país.

Mesmo a esquerda - da qual o PSB é parte -, não implementou as reformas estruturais necessárias à transformação da sociedade, como as reformas política, tributária, agrária, urbana e trabalhista e não modernizou a prática política. Pelo contrário, parte dela aderiu às formas tradicionais de realizar alianças, por meio do patrimonialismo, da fisiologia e da corrupção.

O fato é que, neste início do século XXI, o Brasil parece encontrar-se em uma encruzilhada histórica. A herança escravista, a exploração destrutiva da natureza e o alijamento sistemático da cidadania, ameaçam juntar-se às novas

formas de exploração dos trabalhos físico e intelectual dos diferentes segmentos da sociedade brasileira, na era digital.

O desfazimento das conquistas sociais da Era Vargas e das conquistas sociais consagradas pela Constituição de 1988 é o principal marco da “modernização reacionária” brasileira. Por isso, o PSB põe-se na defesa da Constituição brasileira de 1988 que, em vários pontos, traz verdadeiros avanços civilizatórios.

A crise política que resulta desse processo é de tal magnitude que não suporta mais pequenos passos, soluções ambíguas ou medidas graduais submetidas às tradições políticas usuais e atrasadas. Não se pode mais buscar o modelo que, ao conciliar interesses, se esquece de fazer os enfrentamentos necessários à edificação de uma grande nação. É urgente um projeto político que inverta as prioridades, de tal modo que os mais pobres se vejam à frente das preocupações políticas e do fazer do Estado.

O PSB tem como objetivo central um modelo de desenvolvimento capaz de gerar prosperidade suficiente que permita a redução drástica e permanente das desigualdades econômicas, sociais, regionais, de gênero e de raça.

É preciso reinventar o fazer político, mobilizar a sociedade para a luta pela redução das desigualdades e, proporcionar, principalmente à juventude brasileira, uma perspectiva política pela qual valha a pena viver e lutar. Harmonizar o sonho de cada pessoa com a utopia da felicidade coletiva.

O PSB defende que a revolução brasileira, no século XXI, não seja insurrecional ou violenta, mas signifique uma transformação estrutural de longo prazo e por meio do aprofundamento da democracia política, econômica e social. A refundação do Brasil, tendo a criatividade como uma de suas principais características, impulsiona o PSB a apresentar um conceito brasileiro de socialismo, o Socialismo Criativo, que corresponda às profundas mudanças disruptivas ocorridas nas forças produtivas. O Socialismo Criativo deverá constituir-se na dimensão humana da revolução tecnológica, com uma visão crítica da Economia Criativa.

O PSB conclama a juventude, os trabalhadores de todas as categorias, os empresários, os intelectuais, as mulheres, os negros, a população LGBTQIA+, os líderes comunitários e religiosos de todas as correntes a se unirem em torno de um programa democrático, revolucionário e igualitário, que reúna, unifique e mobilize nossas potencialidades e vocações libertárias para a construção de um Brasil livre, soberano, moderno, criativo e solidário.

Um Brasil socialista e profundamente democrático!

Introdução

Brasil, Potência Criativa e Sustentável





A afirmação do Brasil nos cenários econômico, social, ambiental e cultural internacionais passa por clara definição do que queremos ser como Nação, do que produzimos para os mercados interno e externo e do nível de igualdade social que conseguiremos alcançar em nossa democracia. A redução das desigualdades precisa se constituir em um objetivo central e permanente para que as potencialidades brasileiras possam ser viabilizadas.

Uma inserção soberana na economia globalizada, com a valorização do desenvolvimento interno e a superação das desigualdades, é o objetivo estratégico a ser concretizado através de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, que maximize nossas muitas potencialidades de forma criativa e sustentável.

O sonho socialista brasileiro assenta-se sobre as bases da nossa realidade, tanto no plano de recursos naturais como no potencial criativo do nosso povo, de nossas empresas, das nossas universidades e dos centros de pesquisa. Transformaremos nosso sonho em realidade, agregando a inovação, a cultura, a pesquisa científica e o avanço tecnológico, que caracterizam a era do conhecimento florescente no século XXI, às nossas imensas reservas naturais de água, solo fértil, sol, vento, minerais, Amazônia e biodiversidades terrestres e marinhas. E construiremos um Brasil como potência mundial alimentar, energética, mineral, tecnológica e cultural.

Alguns ativos econômicos tecnológicos e culturais já existentes podem e devem ser valorizados e estimulados, a exemplo dos arranjos produtivos em torno da saúde, da siderurgia, da agroindústria, da agricultura familiar, da indústria do petróleo e das tecnologias de informação e comunicação.

O Brasil não pode dispensar, também, uma profunda reformulação do seu sistema de transportes de produtos, mercadorias e pessoas, voltando a

privilegiar os modais representados pela ferrovia e a navegação de cabotagem. Isso, em função da sua enorme extensão territorial, da sua imensa costa marítima e dos seus inúmeros rios navegáveis.

A cultura, em suas três dimensões – a simbólica, a cidadã e a econômica – é fundamental para a definição de um verdadeiro Projeto Nacional de Desenvolvimento. É o que permite pensar o desenvolvimento, dando nitidez ao sonho.

A diversidade parece ser o princípio organizador da identidade cultural brasileira, seu traço mais distintivo e sua característica mais proeminente. Está fortemente associada tanto às suas múltiplas vertentes e origens, como aos variados espaços regionais em que se desenvolveram suas linguagens.

As contribuições culturais africanas, europeias, indígenas e orientais, inseridas nos grandes movimentos culturais do Brasil, desde os sermões de Antônio Vieira, no século XVII, aos poemas rebeldes de Gregório de Matos, no século seguinte, ao romantismo de José Alencar e ao realismo de Machado de Assis e seus sucessores, ambos no século XIX, à Semana de Arte Moderna de 1922, chegando até o Cinema Novo e o Tropicalismo, no século XX, absorveram a diversidade de cada região do país.

A literatura, a música, notadamente o Samba e a Bossa Nova, as artes plásticas, o cinema e a dança, foram marcados com características diversas, tanto em suas estruturas criativas como regionais. Suas festas são uma e várias ao mesmo tempo. O Carnaval da Bahia e do Recife são bem diferentes do Carnaval do Rio de Janeiro ou de São Paulo. As festas juninas são também uma na medida em que ocorrem nos dias de São João, mas são diferentes no Nordeste e no Sul. A Oktoberfest em Santa Catarina é de origem alemã, mas é permeada pelo samba, axé e outros ritmos nacionais.

Mesmo os grandes aparatos tecnológicos de comunicação de massa, as grandes redes de televisão, que tentaram no seu início certa homogeneização, parecem estar se rendendo às diversidades racial, cultural e regional.

Dessa diversidade cultural resultou a formação de um povo que, apesar de todo o sofrimento decorrente das profundas desigualdades sociais, raciais e culturais, consegue ser alegre, resiliente e extremamente criativo.

| Planejamento Estratégico



O Brasil conta com diferenciais competitivos que podem colocá-lo em posição de destaque no cenário mundial e nas cadeias globais de valor.

Poucos países do mundo possuem potencialidades hídricas tão importantes, reservas minerais, solo e tecnologia para a produção de alimentos, matriz energética diversificada, biomas diferenciados, riqueza cultural caracterizada pela unidade nacional manifestada em uma única língua e imensa diversidade, criatividade popular e possibilidade de inovação tecnológica tão expressivas.

Não é possível esperar que esses fatores se desenvolvam natural e espontaneamente. Todos precisam ser articulados entre si por um planejamento estratégico, definido de forma soberana e integrado ao Projeto Nacional de Desenvolvimento. A inovação e a economia criativa são elementos indispensáveis desse planejamento, pois estão presentes tanto no renascimento criativo da indústria, que precisa de inovação tecnológica, como nos serviços, na comunicação e no marketing.

Um planejamento estratégico moderno e inovador inserirá nossas potencialidades na economia da era do conhecimento. Nele, compreende-se que Estado e Mercado não são entes opostos, mas complementares, como já assim se configuram em países predominantemente socialistas e em países capitalistas. O Estado precisa, ainda, exercer razoável controle de capitais para administrar uma taxa de câmbio competitiva. O fortíssimo setor bancário brasileiro pode e deve ser induzido pelo Estado Nacional, através do Banco Central e de outros organismos, a financiar o desenvolvimento tecnológico sustentável e cultural do Brasil.

Igualmente, é necessário estabelecer políticas macroeconômicas, que permitam redesenhar o perfil da dívida pública como forma de ampliar a capacidade de investimentos, tanto pelo Estado brasileiro como pela iniciativa privada.

| Matriz Energética Diversificada

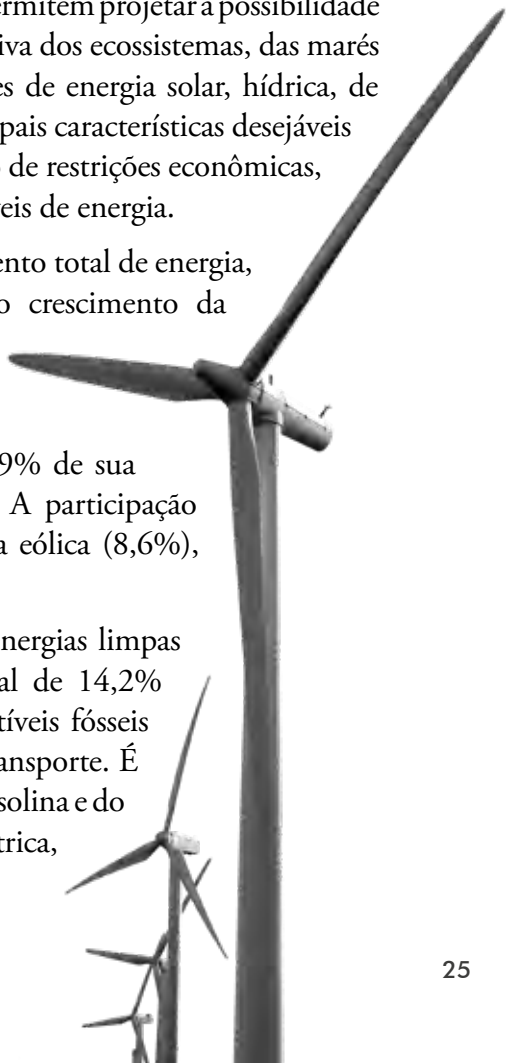
O Brasil já é importante referência mundial na produção diversificada e no uso de energias limpas e renováveis, 46,1%, contra a média mundial de 14,2%, na matriz energética global.

Partindo dessa vantagem competitiva, poderá se constituir numa liderança mundial para resolver o problema da demanda crescente de recursos e do seu esgotamento. Esse cenário requer uma solução melhor do que o uso do petróleo e seus derivados como fontes de energia. É preciso que o Brasil, em sua enorme potencialidade e diversidade, desenvolva cada vez mais e de forma mais acelerada as tecnologias que permitam o uso das fontes limpas e renováveis de energia.

Características como a imensa incidência de sol durante todos os períodos do ano, a volumosa quantidade de cursos d'água, de cobertura vegetal, e áreas de plantio, uma costa imensa e ventos abundantes, permitem projetar a possibilidade de aumento do uso do sol, dos rios, da matéria viva dos ecossistemas, das marés e dos ventos, na produção de energia. As fontes de energia solar, hídrica, de biomassa, das marés e a eólica têm as duas principais características desejáveis do desenvolvimento sustentável, no atual estágio de restrições econômicas, sociais e ambientais. São fontes limpas e renováveis de energia.

A parcela de energia renovável, no suprimento total de energia, está se expandindo e pode contribuir para o crescimento da renda, do emprego e do acesso dos pobres à energia limpa, o que pode ser um vetor para se atingir de forma mais rápida as metas do desenvolvimento sustentável. O Brasil tem 82,9% de sua matriz elétrica originada de fontes renováveis. A participação é liderada pela hidrelétrica (64,9%), seguida da eólica (8,6%), biomassa (8,4%) e solar centralizada (1,02%).

Apesar da liderança mundial no uso de energias limpas e renováveis – 46,1% contra a média mundial de 14,2% na matriz energética geral –, o uso de combustíveis fósseis ainda é muito marcante, notadamente para o transporte. É necessária a substituição crescente do diesel, da gasolina e do gás natural, por novas fontes como a energia elétrica,



o biocombustível, o etanol, o hidrogênio e a energia eólica (carros movidos a ar comprimido). No cenário atual, há que se garantir os avanços já conquistados com o uso crescente da mistura de biocombustível ao diesel.

O PSB propugna a necessidade de recuperação da capacidade do Estado na formulação menos tímida da política energética de longo prazo, visando a um desenvolvimento assentado nos preceitos da sustentabilidade, por meio do aumento das fontes de energias renováveis, em sua matriz energética, ao mesmo tempo em que se opõe fortemente à ideia da privatização crescente do setor energético por considerá-lo um bem público e de caráter estratégico.


PSB 40
QUERO PARTICIPAR

| Água (Reserva Hídrica de Água Doce e Aquíferos)

O Brasil é dono de cerca de 12% das reservas de água doce superficial do mundo e de alguns dos maiores reservatórios subterrâneos de água líqüida. Aproximadamente 97% da Terra está coberta de oceanos e de água imprópria para o consumo humano. Restam, portanto, menos de 3% de água doce, 2,5% congelada na Antártica, no Ártico e em geleiras, indisponíveis para uso imediato. Dos 0,5% restantes, a maior parte está em aquíferos subterrâneos.

O PSB entende que a água é um recurso estratégico nacional, que não pode estar disponível livremente, apenas para os grupos econômicos que atuam tanto no agronegócio, como no setor elétrico, na mineração e no saneamento. A água, portanto, somente pode ser explorada como uma concessão regulada e regulamentada por normas claras, que permitam ao Estado garantir prioritariamente o acesso em quantidade e qualidade para o uso humano.

Pela sua importância social e estratégica não se pode permitir que a água se torne propriedade privada. É necessário fortalecer a luta contra toda e qualquer forma de privatização da água, seja do setor de saneamento ou dos rios e aquíferos brasileiros. A água é um bem público, é um patrimônio brasileiro e deve ser um direito de toda a humanidade, e não um recurso a ser mercantilizado para atender aos interesses do capital.



| Biodiversidade (Terrestres e Aquáticas)

A biodiversidade, característica dos principais biomas brasileiros, é um elemento de importância estratégica, entre outros fatores, pelo seu enorme potencial como fornecedora de matéria-prima para diversos setores da economia e pela possibilidade de desenvolvimento inovador, com o emprego de novas tecnologias, abertas pelos mercados de produtos obtidos de forma ambientalmente responsável. A incorporação, no Brasil, de modelos sustentáveis de uso dos recursos é vista, portanto, como um diferencial capaz de gerar vantagens competitivas.

Cada um dos biomas terrestres (Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica e Pampa) e o bioma marinho (Amazônia Azul) tem suas peculiaridades. Em cada um deles existem articulações políticas, assentadas em diálogos sociais e políticos, que precisam ser apoiadas para que se fortaleça o seu papel protagonista na direção da sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável implica necessariamente uma economia inclusiva, com proteção social e que garanta a conservação ambiental.

A manutenção de serviços ecossistêmicos de relevância global de cada bioma, como a regulação do clima, a conservação da biodiversidade, a provisão da água, e a oferta de alimentos, revela a posição estratégica de cada um deles para a economia brasileira. Apesar de a expansão do agronegócio ter contribuído para a emergência do Brasil na produção de commodities agrícolas, a conversão das áreas dos biomas em áreas de plantio ou de pecuária, tem levado, em certas situações, à degradação dos diferentes tipos de vegetação e do solo e à invasão biológica de pragas, ameaçando o bom funcionamento das funções ecossistêmicas dos biomas.

O PSB entende que urge defender os serviços ecossistêmicos prestados pelos biomas, empreendendo ações políticas que visem ao fortalecimento do sistema de áreas protegidas, de proteção integral e de uso sustentável, além de medidas que objetivem recuperar as políticas para garantir a homologação de terras indígenas, a reforma agrária e a regularização fundiária de povos e comunidades tradicionais. A base para essa construção é a emergência do estabelecimento de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, que absorva e incorpore o conceito de desenvolvimento sustentável e da Economia Criativa. Esse projeto precisa incorporar estratégias que compreendam a importância que as novas tecnologias desenvolvidas em tempos de Economia 4.0 exercem sobre esse enorme ativo econômico brasileiro, que são os seus biomas.



| Área Agricultável

O Brasil pode contribuir fortemente para alimentar o mundo, devido à sua extensão territorial, às suas áreas agricultáveis, às riquezas dos seus biomas e às tecnologias desenvolvidas e aplicadas nos setores de ponta do agronegócio. O agronegócio, aliás, representa importante fator de fortalecimento da economia brasileira e de nossas exportações.

A Organização das Nações Unidas para Alimentação (FAO) aponta que a agricultura mundial terá de ampliar em 80% a produção de alimentos, até 2050, para atender às necessidades de uma população projetada de 9,7 bilhões de pessoas. Nesse cálculo, o Brasil deverá responder por metade deste montante.

O País pode tornar esse desafio uma oportunidade, porque tem produtores dinâmicos e empreendedores, clima favorável, abundância de terras, e é uma nação com potencial para fazer crescer a produção agrícola.

Nesse contexto, é necessário, com urgência, aumentar a produtividade e a densidade tecnológica do conjunto da atividade agropastoril, de modo a preservar as áreas de floresta, a biodiversidade, o modo de vida das populações tradicionais e dos povos indígenas. Somando-se ao setor primário, a indústria extrativa – especialmente a mineral –, é absolutamente mandatório conceber políticas públicas que ampliem o valor agregado de nossa produção, internalizando, em escala significativamente superior à atual, os benefícios da exploração de terras, jazidas minerais, entre outros ativos ambientais.

A agricultura familiar no Brasil é a principal produtora dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros. Diferente das monoculturas desenvolvidas pelo agronegócio, esse tipo de manejo do solo produz alimentos variados, é realizado quase sempre com respeito ao solo e ao ecossistema, e é feito por brasileiras e brasileiros que têm a terra como a principal fonte de sustento.

A agricultura familiar diferencia-se dos demais tipos de agricultura, pois a gestão da propriedade é compartilhada pela família e os alimentos produzidos constituem a principal fonte de renda para essas pessoas. No Brasil, a atividade envolve aproximadamente 4,4 milhões de famílias e é responsável por gerar renda para 70% dos brasileiros no campo.

O PSB defende o fortalecimento do Programa Nacional de Agricultura

Familiar (Pronaf) para promover a ampliação e modernização da estrutura produtiva nos estabelecimentos rurais. Esses pequenos produtores têm acesso a apenas 14% de todo o financiamento disponível para a agricultura e se concentram em somente 23% das terras agriculturáveis no País. Apesar de estarem ativos, esses programas sofrem de baixo financiamento, com a paralisação de empréstimos por falta de verba.

| Amazônia 4.0

PSB40
QUERO
PARTICIPAR



Para organizar um necessário projeto de desenvolvimento sustentável para a Amazônia brasileira é fundamental estabelecer uma estratégia para o efetivo exercício da soberania nacional sobre a região, pois o montante e os valores dos ativos existentes, nesse território, possuem grande valor. A biodiversidade amazônica proporciona diversas vantagens competitivas mundiais e pode ser um fator estratégico na economia, principalmente pela possibilidade de inovação tecnológica na região, o que permitiria inserir o Brasil nas cadeias globais de valor.

O PSB defende que uma estratégia de desenvolvimento sustentável da Amazônia deve ser parte integrante de um Projeto Nacional de Desenvolvimento,

liderado por um governo que tenha como objetivo inserir soberanamente o Brasil nas cadeias globais de valor, com uma produção biotecnológica genuinamente brasileira.

O projeto em questão deve obrigatoriamente articular políticas públicas e agências de pesquisas e fomento, assegurando que a iniciativa se converta em política de Estado, a exemplo do que foram os projetos exitosos da Petrobras, da Embraer e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Ambos concebidos, criados e gestados pelo Estado brasileiro, por sucessivos governos. Esse projeto de desenvolvimento proposto é designado de Projeto Amazônia 4.0, ou simplesmente Amazônia 4.0. Constitui-se em uma espécie de choque de industrialização brasileira, regionalmente localizado. Significa trazer indústrias modernas, com ferramentas do século XXI e da Economia Criativa, denominada de Quarta Revolução Industrial, para criar uma nova industrialização desse imenso potencial econômico da biodiversidade brasileira, localizada no Norte do País.

Essa iniciativa é possível e viável como estratégia de desenvolvimento baseada na exploração racional dos recursos, na conservação, na inovação e na Economia Criativa. Ao invés de queimar, derrubar e transformar a floresta, primeiro em madeira clandestina e depois em pastos, é preciso preservá-la, e explorar sustentavelmente esse imenso ativo biológico e de enorme valor na era do conhecimento.

O Projeto Amazônia 4.0 pode trazer indústrias para todas as escalas, inclusive para pequenas comunidades e também para as cidades. Isso possibilita transformar o potencial da região em produtos, em conhecimento biotecnológico, atingindo mercados globais, portanto, transformar-se numa marca brasileira. O estímulo à agroindústria florestal, ou biofábricas, pode tornar-se um diferencial competitivo do Brasil. Tal iniciativa deverá articular também os investimentos públicos, em parceria com a iniciativa privada nacional e internacional, que poderão encarregar-se da gestão dos inúmeros empreendimentos que emergirão das diversas linhas de pesquisa. A coordenação dos esforços de comunicação e *marketing* dos produtos originários dessa região, com vista à exportação, compõe outra atividade prevista.

| Amazônia Azul



A Amazônia Azul, ou território marítimo brasileiro, é a Zona Econômica Exclusiva do Brasil, uma área que corresponde a 4,5 milhões de quilômetros quadrados, ou o equivalente à superfície da Floresta Amazônica (mais da metade da área do Brasil continental).

Esta região possui muitas riquezas e potencial de uso econômico de diversos tipos, como: pesca, minerais, enorme biodiversidade de espécies marítimas nativas, petróleo, como o encontrado na Bacia de Campos e no pré-sal, e aproveitamento de energia maremotriz e energia eólica em alto-mar, ou offshore.

Essa região, ainda, sobre a qual o Brasil exerce soberania, tem um enorme potencial de recursos na sua biodiversidade, como os recursos minerais energéticos, não extrativos, alguns já em exploração, fármacos e alimentos.

Apesar de ser chamada de “Amazônia Azul”, a zona econômica exclusiva engloba toda a margem da costa marítima brasileira, compreendendo tanto as áreas marinhas situadas ao largo da porção continental do Brasil, quanto aquelas localizadas ao redor das ilhas oceânicas e rochedos, como as do Arquipélago de Fernando de Noronha e das ilhas Trindade e Martim Vaz. Entretanto, sua importância é pouco reconhecida pelos brasileiros, tendo em vista a exploração nem sempre sustentável de seus recursos.

O PSB propõe uma articulação dos estados que compõem a região, com a sociedade civil, para estruturar uma agência de desenvolvimento da Costa Atlântica e Amazônia Azul, capaz de formular programas de desenvolvimento econômico, social, ambiental e turístico para esse importante bioma brasileiro.

| A Mineração e o Desenvolvimento Sustentável



O Brasil é muito rico em minérios. Em termos de reservas globais, o País detém, por exemplo, 98,8% das reservas de nióbio e 16,8% de ferro. O setor mineral, base para diversas cadeias produtivas, participa com 4,2% do PIB e 20% do total das exportações brasileiras. De tudo o que se produz, 85% são exportados. Apesar de sua importância, os minérios são exportados com baixíssimo valor agregado.

Os minérios metálicos responderam, em 2019, por cerca de 80% do valor total da produção mineral brasileira. Alumínio, cobre, cromo, estanho, ferro, manganês, nióbio, níquel, ouro, vanádio e zinco, corresponderem a 99,7% do valor total da produção e somaram R\$ 129 bilhões.

A mineração brasileira, dada a sua importância econômica e social, sempre foi tratada como uma “atividade de interesse público” e, por isso, condicionada a impositivos legais que incluem todo o ordenamento jurídico sobre a matéria. Apesar de o Brasil possuir tantos recursos e riquezas minerais, o processo de transformação e produção fica nas mãos de grandes empresas multinacionais. Consequentemente, a maior parte dos lucros não permanece no País e não beneficia a população brasileira.

Não raras vezes, a atividade tem se consolidado ancorada num modelo de exploração irracional e nada sustentável, deixando por onde passa uma pegada ambiental lastreada na destruição e no desequilíbrio do meio ambiente e na completa desarticulação da socioeconômica local. No entanto, a sobrevivência empresarial desses e de outros ramos econômicos depende de adequação com os procedimentos que legitimem a intervenção no meio físico.

O PSB defende a necessidade de exploração do potencial minerário conhecido, junto com investimentos em pesquisas, para identificar, quantificar e qualificar os minérios e as minas existentes e desconhecidas. Esse enorme potencial precisa ser articulado no âmbito de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, para assegurar a emancipação do Brasil em termos de exploração sustentável.

A exploração do potencial minerário não pode abdicar, em hipótese alguma, de que todos os esforços sejam ancorados na premissa da sustentabilidade.

Os ganhos gerados pelos investidores, numa atividade mineral, não podem ser exclusivos dos acionistas. A premissa do socialismo criativo determina que o crescimento da geração contemporânea não sacrifique o bem-estar das gerações futuras. Para que isso ocorra é necessário que todos os projetos de mineração sejam submetidos a rigorosos processos públicos e transparentes de licenciamento.

Nessa perspectiva, um primeiro desafio a ser tratado na formulação de uma verdadeira política mineral, que defenda os interesses nacionais, é promover o estímulo na alteração da estrutura produtiva do setor mineral, visando o adensamento das cadeias produtivas, com o processamento industrial dos minérios. Almeja-se, com isso, ampliar os níveis de emprego, de renda, de desenvolvimento local e regional, abastecer em nível de excelência o suprimento do mercado nacional e assegurar ampla inserção, mais competitiva e soberana, no mercado global.

O PSB propõe o emprego de legislação que organize a produção mineral, de forma que as áreas indígenas e quilombolas sejam totalmente respeitadas. Com relação à mineração e aos impactos da atividade nos patrimônios histórico, cultural, paisagístico e turístico, é necessário equacionar o conflito de uso do espaço entre as atividades econômicas e os interesses difusos da sociedade, e cabe ao Estado arbitrar em razão de valores tangíveis e intangíveis.

Para perenizar o desenvolvimento, após a mineração, há que se considerar que os recursos minerais passíveis de uso pela sociedade são bens finitos, no tempo e no espaço. Mesmo aquelas gigantescas jazidas formadas pela generosidade dos processos geológicos devem ser aproveitadas com parcimônia, evitando-se a lavra ambiciosa ou predatória.

Do ponto de vista econômico, o grande desafio da atividade mineradora no Brasil é a agregação de valor, possível com uma industrialização moderna e criativa, que possibilite sua inserção nas cadeias globais de valor, mantendo a soberania do País.



| A Força Indutora do Turismo



Um em cada nove empregos no mundo é gerado pelo turismo. Em 2018, nada menos que 1,3 bilhões de viagens foram realizadas por turistas de lazer, negócios e corporativos. E o Brasil recebeu apenas 6 milhões de turistas estrangeiros, menos do que a Torre Eiffel, uma das atrações turísticas de Paris. Essa foi, talvez, a atividade mais atingida pela pandemia da Covid-19, perdendo cerca de 900 milhões de passageiros. Mas deverá ser um dos setores com maior capacidade de retomada depois da vacinação no mundo.

Apesar de sua subexploração no Brasil, o turismo internacional está em quinto lugar na pauta de exportações brasileiras. Ou seja, é uma atividade que traz divisas para o País sem que seja necessário mandar qualquer produto, serviço ou mercadoria para o exterior. O turismo representa cerca de 4% do PIB brasileiro. Empregava, antes da pandemia, somente em suas atividades típicas diretas, algo em torno de 3 milhões de trabalhadores. Some-se, ainda, a riqueza gerada indiretamente na construção de hotéis, centros de convenções e outros equipamentos, na produção e comercialização de televisores e outros eletroeletrônicos, computadores e enxovais que, embora destinados à atividade turística, não são contabilizados como tal.

A cadeia produtiva do turismo conta com mais de cinquenta elos, dentre os quais se destacam a cultura em suas várias linguagens artísticas, os museus e o artesanato, os patrimônios históricos e naturais, os transportes aéreos, marítimos, fluviais e rodoviários, a hotelaria, a gastronomia, os bares e restaurantes, o entretenimento (shows, festas, folguedos), agências de viagem, agências de publicidade, criação de softwares, vendas online, guiamento turístico, entre outros.

Como se pode verificar, são muitos pontos nos quais o turismo e a economia criativa se encontram. Por isso, o Plano Estratégico da Economia Criativa do Estado de São Paulo incorporou o turismo como um dos componentes da Economia Criativa. O turismo e a economia criativa constituem-se numa soma estratégica na medida em que representam fatores de atratividade de investimentos, de competitividade e de elevação dos padrões de qualidade de vida nas cidades e regiões.

Somados os mercados nacional e internacional, o Brasil possui um dos

maiores potenciais turísticos do mundo. Sua atratividade é composta não apenas pelo seu patrimônio natural (floresta Amazônica, Mata Atlântica, imenso litoral da Amazônia Azul, rios, cachoeiras, montanhas) e seu patrimônio arquitetônico moderno e histórico, mas também pela sua imensa diversidade cultural e pela alegria do seu povo.

Pelo seu clima e pela grandeza do seu mercado interno pode facilmente superar - como já fizeram outras cidades e regiões do mundo - uma das principais limitações da atividade, que é a sazonalidade. Seus equipamentos turísticos podem ser ocupados todos os meses do ano por turistas internacionais e nacionais. O turismo, pela grande multiplicidade de elementos econômicos e culturais, constitui-se em um poderoso indutor do desenvolvimento.

Potencializar essa capacidade indutora depende de um planejamento central, que contemple políticas para as cidades criativas, e investimentos públicos e privados na promoção turística internacional, na qualificação técnica e profissional e na logística. Depende, também, de uma nova visão orçamentaria da União e dos estados, que leve em conta a realidade de que o turismo e a cultura, a despeito de representarem juntos mais de 6% do PIB brasileiro, contam apenas com pouco mais de 1% do Orçamento da União.





| Criatividade, Inteligência Nacional e Inovação Tecnológica

Conhecimento e inovação são frutos da mesma árvore, filhos de uma mesma família, a ciência. Essa é a mãe da educação, produtora do pensamento crítico e da inteligência, desenvolvedora de sensibilidades, estimuladora da pesquisa, da curiosidade e da investigação, cujos frutos e acúmulos somados possibilitam evoluções civilizatórias na direção do desenvolvimento social, cultural e econômico.

Inovação é um processo criativo, revolucionário e transformador, que possibilita rupturas parciais ou completas, impactando o modo de vida e o desenvolvimento das pessoas, das sociedades e das nações. A diversidade dos significados de inovação manifesta-se pela abrangência de sua aplicação como vetor de desenvolvimento humano, da formação de capital e da melhoria da qualidade de vida.



O Brasil, em poucas décadas, deu mostras de inovações revolucionárias por meio da criação do SUS e do Fundeb, dois sistemas públicos, gratuitos e universais de atendimento, garantia e valorização dos direitos humanos. Também são brasileiros a arquitetura e o paisagismo de Brasília, a Bossa Nova, a exploração de petróleo em águas profundas - desenvolvida pela Petrobrás -, a Embrapa e a Embraer.

É um processo que inclui um diversificado conjunto de técnicas, observações de padrões de consumo, concepções filosóficas e de vida, desenvolvimento e gestão, que resultam num novo – ou melhorado – produto, ou na primeira utilização de novos – ou melhorados – processos.

A inovação possui também um caráter valorativo inerente à economia criativa. Esta, aproveita os acúmulos e experiências anteriores existentes e ainda presentes no cotidiano das pessoas, embarcando medidas que propiciam mudanças para melhor, assegurando aspectos novos, corrigindo, adaptando às novas condições, algo que – apesar de funcionar – está defasado ou inadequado.

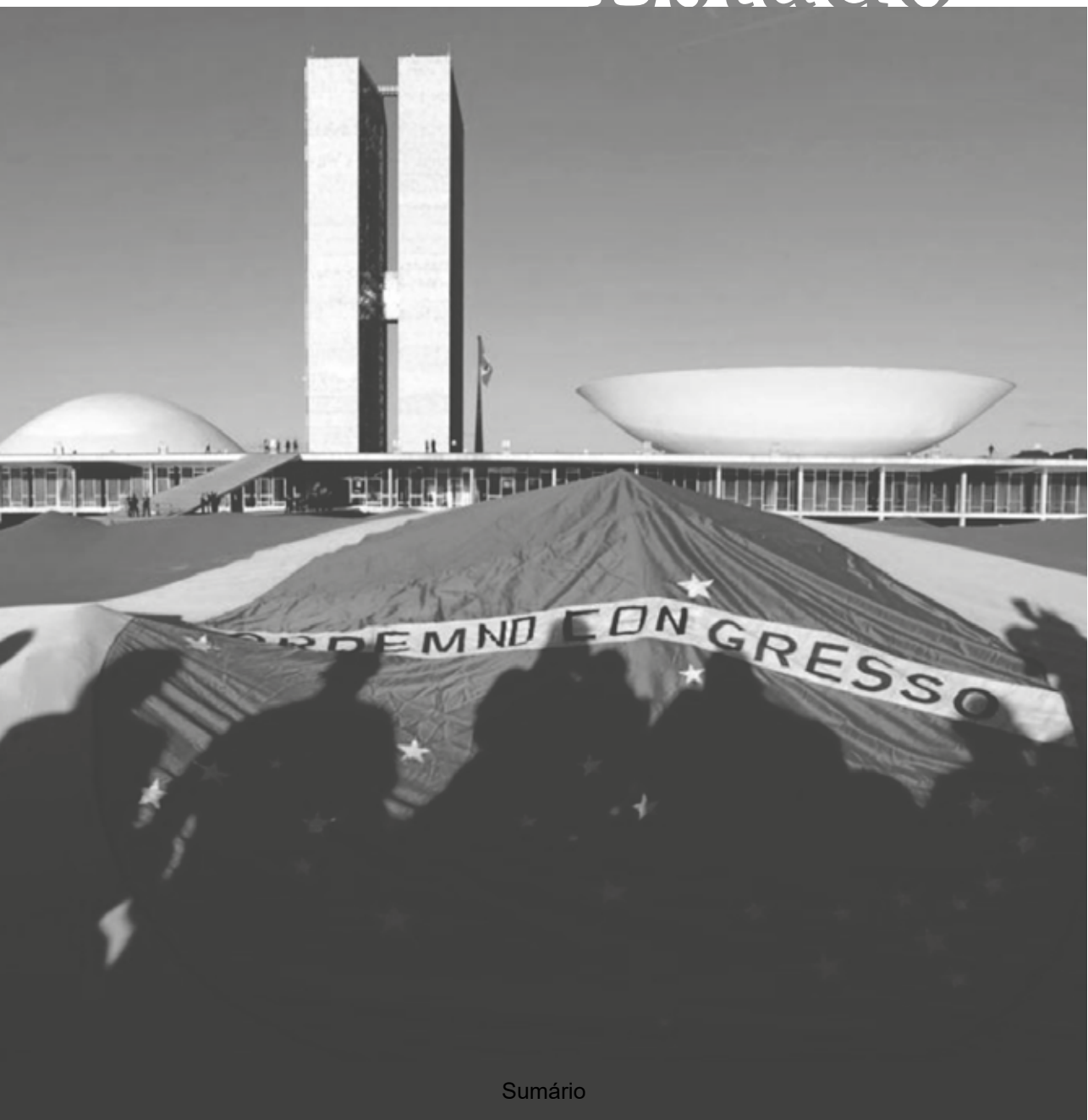
Os programas de inovação devem estar articulados a um Plano Nacional de Desenvolvimento, de modo que possam contribuir, por exemplo, para o aproveitamento do enorme potencial existente na Amazônia brasileira e para o renascimento criativo da indústria. Deve-se, ainda, organizar esforços de uma inteligência que assegurem a emancipação nacional em temas estratégicos como o aeroespacial e a defesa, a gestão das águas, a produção de alimentos, biomas e bioeconomia, ciências e tecnologias sociais, mudanças climáticas, economia 4.0 e sociedade digital, energias renováveis, minerais estratégicos, nuclear, complexo de saúde, e ainda a exploração do enorme potencial existente na Amazônia Azul.

O PSB defende a priorização de investimento em educação, sob a lógica do estímulo à pesquisa, desde a educação básica. Defende, igualmente, o fortalecimento de programas de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento de inovações e tecnologias que possam – assim como os êxitos descritos anteriormente – propiciar a superação das desigualdades sociais e econômicas que assolam a nação brasileira.

Eixo Temático I

Reforma do

Estado



O **Eixo Temático I - Reforma do Estado** - é integrado pelos temas da Reforma Política, Reforma do Aparelho de Estado, Reforma Fiscal/Tributária, Política Externa e Defesa Nacional. Os tópicos são estruturantes para a reforma do Estado brasileiro e para que este atue como construtor de um processo civilizatório e emancipatório direcionado às pessoas que mais necessitam, assegurando-lhes acesso universal e permanente aos bens e serviços públicos.

A proposta de Reforma do Estado deve envolver prioritariamente o combate a todas as formas de desigualdades e privilégios e estar igualmente capacitada para a construção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento para o Brasil.

| Reforma do Estado

1 | O Estado brasileiro, para atender às necessidades da sociedade e equacionar os desafios do século XXI - Era do Conhecimento -, deve ser pautado em novas diretrizes criativas, em especial, no enfrentamento diário das desigualdades e na promoção dos princípios do humanismo, da diversidade, da universalidade, da solidariedade e da igualdade.

2 | Essas novas diretrizes devem estar refletidas em uma organização do Estado, fundamentada no planejamento estratégico, no acesso e no desempenho, por mérito, em carreiras do serviço público, e pela atividade ética e transparente.

3 | A Reforma defendida pelo PSB pretende ampliar a influência e o poder dos interesses do trabalho no aparelho estatal.

4 | É imperativo eliminar a privatização e a precarização do serviço público, notadamente na saúde e na educação.

5 | O Brasil precisa de um Estado democrático, forte e eficiente, um Estado que também tenha como missão o cumprimento de um Projeto Nacional de Desenvolvimento.

6 | O Estado brasileiro deverá ser o condutor de um processo civilizatório e emancipatório direcionado aos diferentes segmentos sociais, principalmente os menos privilegiados.

7 | A proposta do PSB de Reforma do Estado contempla os três poderes, envolve o combate a todas as formas de desigualdades e capacita o Estado para a construção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, para um Brasil próspero, sustentável e igualitário.

8 | A reforma terá por meta orientar os três poderes a atender às demandas da sociedade, tanto no sentido político amplo, quanto na entrega de serviços públicos de qualidade, com foco prioritário nos segmentos sociais menos privilegiados e mais vulneráveis.

9 | É imprescindível a repactuação de um Novo Federalismo, com a ampliação da autonomia de estados e municípios e o reordenamento de receitas e despesas correspondentes aos serviços assumidos por todos.

10 | No plano internacional, deve-se manter a tradição diplomática do País de respeito à autodeterminação dos povos, ao multilateralismo, à luta intransigente pela paz e amizade entre os povos, à ampliação das relações e trocas culturais, comerciais e técnicas, e à noção de recepção-acolhida de expatriados.

| Novo Federalismo

11 | O Novo Federalismo brasileiro, para além das obrigações, precisará descentralizar as receitas, a partir de uma construção colaborativa entre os entes federados, levando em conta as desigualdades regionais e a definição de padrões mínimos nacionais, para as diversas áreas temáticas de políticas públicas.



12 | É necessário promover a transição e superação de um federalismo concentrador e conflituoso, para um Estado federado cooperativo, capaz de diminuir as desigualdades regionais e ampliar a autonomia dos entes subnacionais.

13 | Constitui estratégia fundamental vencer o estigma centralista pelo lado tributário, de modo a alterar o quadro de concentração arrecadatória nos cofres da União (65% da carga tributária) contra 20% destinados aos estados e 15% aos municípios.

14 | Em um Novo Federalismo brasileiro, os estados e municípios serão empoderados, por meio do fortalecimento do princípio da subsidiariedade, que pressupõe uma interlocução de baixo para cima.

15 | Serão igualmente valorizadas e fortalecidas as transferências fundo a fundo (repasses constitucionalizados dos recursos da União para os estados e municípios).

| Planejamento, Função do Estado Moderno



16 | O planejamento estratégico é parte sequencial de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, que define os objetivos nacionais de longo prazo e tem como cerne o combate às desigualdades. Essas políticas deverão ser orientadas pelos princípios da inclusão, universalização do acesso, do respeito e acolhimento à diversidade, da superação das desigualdades e da emancipação da sociedade.

17 | O Planejamento Estratégico estimulará e conceberá políticas públicas de infraestrutura e políticas sociais, que se estruturarão em insumos e matérias-primas, cuja produção respeite os princípios da economia verde e fontes de energias limpas, baratas e renováveis, como nova estratégia de desenvolvimento inclusivo e sustentável.

18 | Desse planejamento deverá constar investimentos pesados em ciência, tecnologia e inovação, fatores essenciais da economia criativa.

| Reforma Fiscal e Tributária



19 | A reforma fiscal e tributária, defendida pelos socialistas, combaterá fortemente a regressividade da carga tributária brasileira. Tal situação decorre do fato de que, proporcionalmente à renda, os mais pobres pagam muito mais impostos do que os mais ricos.

20 | Elevar os índices de tributação para produtos exportados *in natura* e, progressivamente, diminuir a incidência de impostos aos produtos gerados a cada etapa de processamento e agregação de valor.

21 | A diretriz da Reforma Fiscal e Tributária envolve a redução da incidência de impostos sobre consumo e aumento dos impostos sobre a renda dos mais ricos, invertendo o quadro atual, e cumprindo o papel de, com as políticas públicas, contribuir para a transferência da renda dos mais ricos para os mais pobres.

22 | Constituem ainda diretrizes, a diminuição ou eliminação das desonerações fiscais sobre as rendas altas - especificamente a não taxação de lucros e dividendos.

23 | O PSB atribui um sentido social ao ato arrecadatório. Significa assegurar uma boa prática fiscal, orientada por sistemas que simplifiquem os processos arrecadatórios - produzam um avanço na direção da construção de um Estado de Bem-estar Social.

24 | A incidência dos impostos será com maior intensidade sobre a renda direta, os rendimentos e os ganhos de capital. A síntese da reforma socialista é: Quem ganha pouco, paga pouco; e quem ganha mais, paga mais.



| Reforma Fiscal e Tributária e o Novo Federalismo



25 | A proposta socialista para as relações entre reforma fiscal e tributária e o desenho federativo do Brasil é reduzir a macrocefalia da União, que concentra a maior fatia dos recursos, deixando estados e municípios em dificuldades.

26 | O Novo Federalismo será orientado pela adoção de medidas de manutenção das fontes próprias de receitas dos municípios e estados; pela adoção de mecanismos de compensação dos aspectos relativos ao dinamismo econômico de cada unidade federada, diminuindo sua dependência dos repasses da União.

27 | É necessário redesenhar o perfil da dívida pública brasileira, para se obter uma forte redução no peso das despesas com juros, serviços da dívida, renovação-recompra dos títulos da dívida pública, para que essa redução permita à União, aos estados e municípios investirem mais na infraestrutura e nas políticas públicas essenciais ao bem-estar da sociedade brasileira.

28 | Os instrumentos e mecanismos de estímulo às exportações, baseados na redução dos tributos que impactam as finanças de estados e municípios, serão revistos e revogados quando possível, notadamente a Lei Kandir.

29 | O Novo Federalismo manterá e fortalecerá a estratégia de incidência de todos os tributos que compõem o orçamento da Seguridade Social e do Sistema Único de Saúde (SUS), notadamente a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Igualmente, assegurará a manutenção dos percentuais constitucionais de 15%, destinados à Saúde, e 25% à Educação.

| Gestão do Estado

30 | O PSB defende que a gestão do Estado brasileiro seja precisa, efetiva e simplificada.

31 | A profissionalização da burocracia administrativa deve significar que o acesso à condição de servidor público é meritocrático, através de concursos e de capacitação permanente.

32 | A gestão de pessoas é um elemento essencial na modernização da gestão do Estado. Admitidos mediante concursos e seleções públicas, os trabalhadores do serviço público devem ser protegidos por segurança jurídica.

33 | Os sistemas de gestão das políticas públicas do Estado brasileiro, nos três poderes e nas três esferas, devem convergir para bases de dados, únicas, desenvolvidas em plataformas digitais livres, de fácil uso, consulta e ampliação do acesso e transparência das informações.

34 | A responsabilidade fiscal é um elemento vital na gestão do Estado. Sem sustentabilidade financeira não há como geri-lo eficaz e eficientemente.

| Governo Aberto e Gestão Compartilhada

35 | É preciso reforçar os instrumentos de transparência das contas públicas e dos serviços prestados pelos três poderes, nas três esferas de governo, por meio de um mecanismo de Governo Aberto, que alcance todos os processos - humanos, materiais e financeiros.

36 | É necessário ampliar as experiências de Gestão Compartilhada exitosas e providas de usabilidade, tornando-as política institucional capaz de reunir cidadãos no acompanhamento dos gastos e na execução de obras e de serviços públicos.

| Agência de Controle da Dívida Pública e de Atividades Financeiras

PSB40
QUERO PARTICIPAR



37 | É necessária a criação de uma estrutura que una o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) à outra unidade administrativa e que analise e promova a auditoria permanente da dívida pública. Essa estrutura deve ser organizada na forma de Agência Reguladora.

38 | O PSB defende o estabelecimento de arquivos e registros públicos que permitam detectar os verdadeiros donos das empresas do País. Este é um desafio que deve ser enfrentado prontamente.

| Reforma Política e Eleitoral

PSB40
QUERO PARTICIPAR



39 | É necessário haver um redesenho do sistema político, partidário e eleitoral, com o objetivo de fazer com que as instituições partidárias se definam de modo claro, nos aspectos político, ideológico e programático, de forma a estabelecer uma relação entre representantes e representados com base nas convicções e nos perfis ideológicos.

40 | A insuficiência da democracia representativa torna imperativa a intensificação do uso dos mecanismos de participação da população como o plebiscito, o referendo e os projetos de lei de iniciativa popular.

41 | A defesa do fortalecimento da democracia mediante adoção de ferramentas de uma democracia digital é possível e extremamente necessária.

42 | É fundamental alterar a lógica de composição e funcionamento dos conselhos municipais, previstos na Constituição, ampliando seus poderes deliberativos quanto ao acompanhamento da execução das políticas, em especial a gestão orçamentária.

43 | O presidencialismo brasileiro tem sido incapaz de conduzir os debates com a sociedade brasileira, visando a organizar um pensamento de mobilização e construção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, contemplando uma inserção internacional soberana e o combate das desigualdades.

44 | O Partido Socialista Brasileiro defende a adoção do parlamentarismo como instrumento de fortalecimento da democracia e ampliação do controle das ações dos governos e do Estado.

45 | No parlamentarismo - que só é possível a partir de uma reforma política e eleitoral que fortaleça os partidos, com a redução do seu número - maiorias podem se formar no parlamento, organizadas em torno de projetos partidários, de políticas públicas e de governo.

46 | O PSB considera a Reforma Política e Eleitoral como a mais premente e urgente de todas. Independentemente do Sistema de Governo, é fundamental incorporar mudanças no sistema eleitoral brasileiro, por meio da adoção do Voto Distrital Misto, mantida a obrigatoriedade do voto.

47 | Nesse processo distrital misto, uma parte dos eleitos deve emergir dos distritos e, a outra, pela votação geral do estado pelo qual o candidato disputar a eleição em dois turnos.

48 | Adoção de cláusula de desempenho eleitoral mínimo para a Câmara Federal, de 5%, como estratégia de fortalecimento do sistema partidário e redução da multiplicação artificial do número de partidos.

49 | Instituir o Referendo Revogatório ou Voto Destituente (*recall*), que corresponderá à possibilidade de, em caso de desconfiança, os eleitores voltarem às urnas para revogar o mandato do eleito infiel.

50 | É necessário adotar o fim das reeleições dos cargos executivos, cujos mandatos deverão ter duração de cinco anos.

51 | Aos partidos e às campanhas deverão ser assegurados a garantia de financiamento público, o tempo para propaganda partidária e eleitoral gratuitos nas TVs e rádios e, principalmente, divulgação nas mídias sociais.

52 | É fundamental manter a proibição de financiamento empresarial e reforçar o estabelecimento de teto para autofinanciamento de candidaturas.

53 | Deverá ser adotada a exigência de tempo mínimo de um ano de filiação partidária para candidaturas em disputas eleitorais.

54 | É necessário promover a inclusão política das mulheres, negros, jovens, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, indígenas e outros grupos sub-representados no Sistema Eleitoral, aperfeiçoando a política de cotas.

| Novo Poder Legislativo



55 | O processo legislativo orçamentário deverá passar por uma requalificação das Comissões de Orçamento, com funcionamento permanente, mas apenas como sistematizadoras do processo orçamentário.

56 | A Reforma do Legislativo deverá adotar os projetos de iniciativa popular, cuja tramitação deve seguir os mesmos critérios para a convocação dos plebiscitos e referendos.

| Tribunais de Contas



57 | Os integrantes dos Tribunais de Contas da União, de Estados e Municípios deverão estar protegidos por mandatos de oito anos.

58 | Os tribunais deverão ser redesenhados funcional e administrativamente, transformando-se em Auditorias Gerais independentes, com estrutura colegiada, considerados como órgãos de Estado e atuando exclusivamente como órgãos assessores dos respectivos poderes legislativos, o que os distinguirá do controle interno, exercido por outros órgãos da administração pública.

| Judiciário Moderno



59 | Os tribunais públicos são estruturas importantes do Estado de direito democrático. Portanto, é fundamental a modernização e a democratização das suas formações, notadamente promovendo maior celeridade no julgamento dos processos, para garantir que a justiça chegue a todas as camadas sociais.

60 | É imperioso adotar o limite de oito anos para o exercício das funções de ministros e desembargadores de Tribunais Superiores e Estaduais,

com a adoção de novas formas, critérios técnicos, meritórios e de transparência de assunção a essas vagas.

61 | É necessário eliminar os privilégios institucionais e remuneratórios que caracterizam o judiciário brasileiro.

62 | É necessário capacitar o judiciário brasileiro, objetivando a diminuição e a eliminação de processos que aprofundem as desigualdades sociais, de gênero, de raça e de orientação sexual.

| Política Externa



63 | Os socialistas defendem as prescrições do artigo 4º da Constituição de 1988, que estabelece os princípios sobre os quais as relações internacionais do Brasil devem reger-se.

64 | Esses princípios determinam a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a não intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos, o repúdio ao terrorismo e ao racismo - inclusive com a vedação a relações diplomáticas com países que pratiquem o *apartheid* -, o asilo político e a cooperação para o progresso da humanidade.

65 | No cenário internacional da geopolítica não participam apenas os Estados nacionais, mas é, também, um espaço em que atuam as empresas globais, algumas delas com faturamento superior ao Produto Interno Bruto (PIB) de muitos países. E, neste sentido, há que se assegurar às empresas brasileiras, públicas e privadas, um papel de relevância no cenário geopolítico internacional, para que atuem como atores globais.

66 | A política externa brasileira deve compreender que a soberania nacional, que garante a autonomia das ações dos Estados nacionais dentro de seus territórios, precisa levar em conta as novas premissas do mundo globalizado - em que fronteiras se tornam mais tênues, à medida que a circulação de pessoas, informações, recursos financeiros e mercadorias ampliam-se em fluxos globais, intensificados pela revolução tecnológica.

67 | A política externa brasileira sempre colocará a defesa dos interesses estratégicos do Brasil e da população brasileira em primeiro lugar.

68 | As ações da política externa brasileira deverão ser orientadas por um Projeto Nacional de Desenvolvimento, em que esteja definido claramente qual é o papel do País na economia global.

69 | O Brasil não aceitará o papel a ele reservado pelo mundo capitalista, de se constituir em uma nação marcada pela desigualdade, produtora apenas de *commodities* agrícolas e minerais e simples consumidora de produtos de alta tecnologia.

70 | Constitui ainda pilar inegociável da política externa a busca pela integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

71 | O Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a possibilidade de uma formação mais ampla, como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), coloca em evidência o papel relevante que o Brasil poderá vir a ter, como o maior país da América Latina, a ser exercido no âmbito das relações sul-sul, o que inclui a África como área de interesse estratégico para o Brasil.

72 | Os socialistas defendem que o Brasil se posicione a favor do multilateralismo, por meio do fortalecimento do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e outros blocos assemelhados.

73 | É necessário que a política externa brasileira contemple o novo cenário geopolítico emergente da pandemia do Coronavírus, que abalou o mundo no ano de 2020. O fortalecimento de organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS), a relevância dos sistemas públicos de saúde, a exemplo do SUS, as profundas diferenças no enfrentamento da pandemia entre países, podem redesenhar o panorama internacional.

74 | O PSB repudia com veemência a adoção de políticas intervencionistas e de bloqueios econômico, científico e tecnológico, a exemplo das praticados pelos EUA.

| Defesa Nacional e Geopolítica

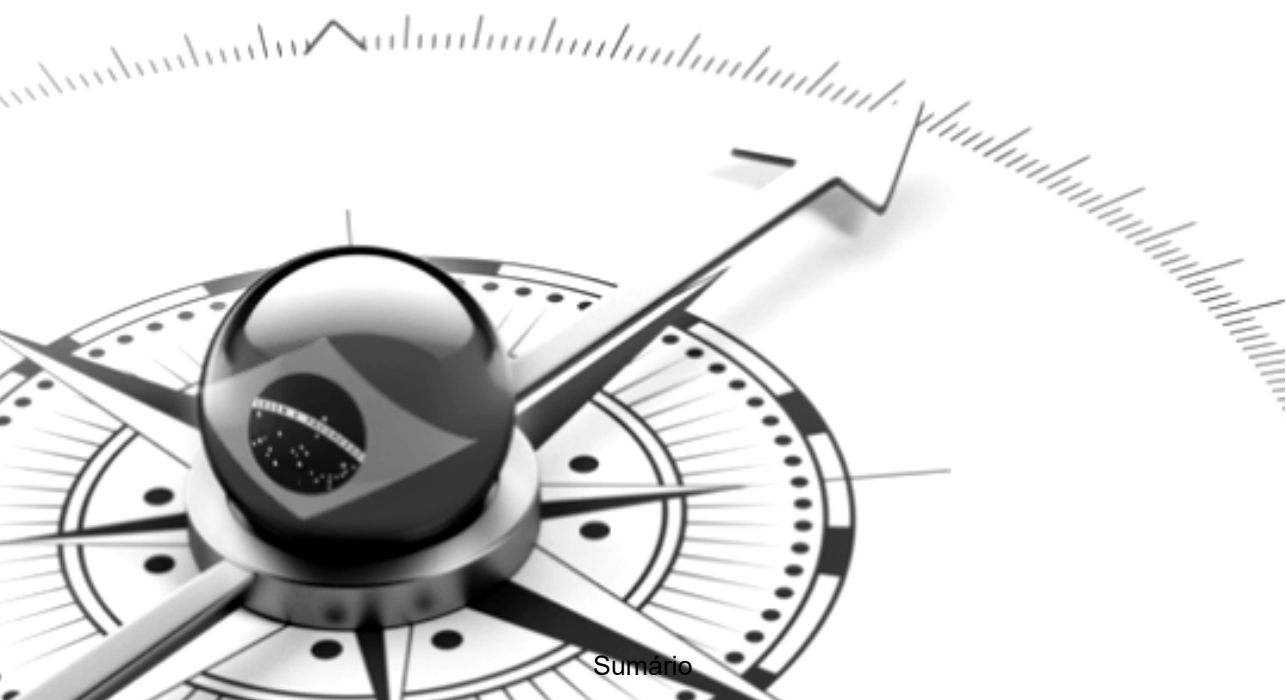


75 | Para os socialistas, numa economia globalizada, a soberania nacional só se exerce, efetivamente, se ela for capaz de garantir o domínio sobre as principais dimensões que compõem tal economia, como a pesquisa, a ciência e as tecnologias de ponta, o que deve ser garantido pelo Estado Nacional e pelas empresas brasileiras.

76 | O primeiro desafio a ser superado na definição de uma política de Defesa Nacional é possibilitar que o Brasil ocupe seu papel como nação protagonista no concerto mundial, considerando as potencialidades criativas do seu povo e seus principais ativos culturais, ambientais, agrícolas, tecnológicos e minerais.

77 | O PSB entende que a Defesa Nacional não é um tema exclusivamente militar. A estratégia para articular e superar esse desafio é a elaboração de um Plano de Estratégia Nacional de Defesa, como parte integrante de um Projeto Nacional de Desenvolvimento.

78 | A Política de Defesa Nacional deve ser considerada como importante e estratégico vetor de impulsionamento do desenvolvimento tecnológico.



79 | O efetivo exercício da soberania nacional, no Estado democrático, deve reconhecer a importância do papel das Forças Armadas, que estão subordinadas ao poder civil do Presidente da República, constituindo-se em instituições de Estado, e não do governo, como reza a Constituição Federal.

80 | Do ponto de vista econômico, o componente industrial de Defesa Nacional deve, a exemplo de vários países, desenvolver uma base tecnológica, com características duais, desdobrando-se em produtos e serviços para o mercado.

81 | Os acordos de transferências tecnológicas e a produção de equipamentos militares de ponta abrem caminho para que o parque industrial nacional, respeitando e protegendo os elementos estratégicos da política de segurança nacional, aproveite mercadologicamente muitos dos seus componentes.

82 | Do ponto de vista geopolítico, é fundamental considerar que o Brasil exercerá melhor o seu papel na América do Sul, e no mundo, se dispuser minimamente de autonomia na produção de equipamentos de defesa.

83 | Nesse papel, deve aprofundar as perspectivas de integração sul-americana, não só nos terrenos da economia e da logística de transportes, mas também culturalmente, nas atividades turísticas, da educação e da saúde, entre outras. E, assim, a política de Defesa Nacional deve entrelaçar-se à defesa do continente sul-americano.

Eixo Temático II

Economia: Prosperidade, Igualdade e Sustentabilidade





O Eixo Temático II - Economia: Prosperidade, Igualdade e Sustentabilidade - é integrado pelos temas: A Economia deve servir à Vida das Pessoas, Macroeconomia, Inovação e Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento, Desenvolvimento da Amazônia 4.0 e O Futuro do Trabalho, e tem como objetivo apresentar as propostas do PSB a respeito.

O modelo de desenvolvimento econômico capitalista vigente no Brasil é incontestavelmente desigual, pois, seis bilionários possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de pessoas mais pobres. Os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda dos demais 95%. Uma mulher trabalhadora, que ganha um salário-mínimo mensal, levará 19 anos para receber o equivalente ao que um rico recebe em um único mês.

Para os mais pobres, e para a classe média, do processo de globalização sobrou a mudança radical do padrão dos empregos, o aumento da informalidade, a incerteza da aposentadoria e um sistema de proteção social que se torna cada vez mais limitado para ser acessado e nele permanecer.

| A Economia Deve Servir à Vida das Pessoas



84 | A política macroeconômica deve servir à Nação como ferramenta que oriente a concepção, a estruturação e a implementação de políticas públicas que assegurem o desenvolvimento econômico e social e a soberania do País.

85 | O compromisso com um Projeto Nacional de Desenvolvimento deve se constituir no principal instrumento de alocação dos recursos orçamentários, visando à garantia dos direitos fundamentais, a mobilidade e a emancipação social do povo brasileiro.

86 | É necessário reconfigurar as políticas econômicas, promovendo a sua harmonização com as políticas sociais, pela sua importância vital para superar as desigualdades sistêmicas do modelo capitalista brasileiro.

87 | Na perspectiva do socialismo democrático e criativo, as principais metas econômicas da sociedade relacionam-se fortemente com a redução das desigualdades, que se manifestam no País, nas regiões, nas classes e nos segmentos sociais.

88 | O socialismo brasileiro recusa o dogma liberal que afirma que o funcionamento dos mercados produziria por si só o máximo bem-estar a que a sociedade poderia aspirar. A economia não deve ser um fim em si mesma, mas servir à vida das pessoas na busca permanente da redução das desigualdades, sem renunciar à busca da plena prosperidade econômica e à ideia do desenvolvimento sustentável.

89 | O socialismo criativo defendido pelo PSB, mesmo antes da superação do capitalismo, compreende, necessariamente, a adoção de políticas públicas que promovam o crescimento e a prosperidade e, ao mesmo tempo, o acesso equitativo aos frutos do desenvolvimento.

| Para Recuperar a Precedência da Política

90 | Como forma de uma gestão correta e adequada da política macroeconômica é necessário que a política recupere sua precedência sobre os interesses e conveniências do mercado, que têm orientado as políticas econômicas e minado as políticas sociais.

91 | A concentração e a má distribuição de renda e riqueza no Brasil são um desafio que precisa ser enfrentado por meio da adoção de medidas macroeconômicas e políticas públicas que cumpram esse papel.



92 | A equação a ser produzida para resolver o desafio da melhor distribuição de renda consiste em aumentar a produtividade da economia, não permitindo que este aumento de produtividade signifique apenas ampliação e acumulação das margens de lucro, mas sim, melhoria na qualidade de vida e aumento da participação do trabalho nesses ganhos.

93 | O PSB defende a adoção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento adequado e que não envolva prescrições contrárias à livre iniciativa - no sentido do estatismo que rondou algumas práticas socialistas, como, por exemplo, o que se deu na experiência soviética. O PSB é contra essas práticas.

94 | Socialismo e liberdade são lemas que continuam presentes e, no plano econômico, isso se traduz em igualdade de oportunidades, em coibir a atuação de oligopólios, em respeitar as novas formas de propriedade privada, coletiva e cooperativada, sem prejuízo para as micro, pequenas, médias e grandes empresas produtivas.

95 | A tarefa a que o socialismo democrático se propõe consiste em preparar o País para uma etapa pós-capitalista, na qual sejam preservadas, estimuladas e valorizadas a criatividade, a inventividade, a eficiência e a economicidade.

96 | O sistema bancário brasileiro é fortemente concentrado em poucos conglomerados. O PSB defende a sua descentralização e desconcentração como forma de ampliar a concorrência na oferta de produtos e serviços, visando a atender o desenvolvimento econômico e regional do País.

| Os Fundamentos da Gestão Macroeconômica no Brasil



97 | O PSB opõe-se à manutenção da lógica contida no tripé macroeconômico, cuja missão principal é a garantia do pagamento de juros e serviços, amortizações e refinanciamento da dívida. Esse tripé é composto pelo câmbio flutuante, pela meta de inflação e pela meta fiscal.

98 | O PSB defende a adoção de uma política macroeconômica que enfrente de modo responsável e contínuo a mudança do paradigma atual, que tornou aceitável a vigência de uma política pública que consome mais da metade do orçamento anual da República em pagamentos de juros, amortizações e refinanciamento da dívida.

99 | O PSB preconiza a adoção de uma política que recupere fortemente a capacidade de investimento do Estado em políticas e atividades que alterem positivamente o perfil da economia brasileira. Essa mudança será orientada pela adoção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, que determinará que todas as ferramentas de gestão econômica sejam colocadas a serviço prioritário da produção, do trabalho e da redução das desigualdades sociais.



| Financeirização e Subordinação da Macroeconomia Nacional à Economia Global

100 | O PSB propõe que o Brasil recupere a capacidade de controlar o seu próprio processo de desenvolvimento, deixando de ser um país periférico que apenas responde e se adapta aos ciclos do sistema internacional, limitando o cerne da sua economia à exportação de *commodities*.



101 | É necessário enfrentar a financeirização da economia, operada por um capitalismo administrador da especulação do dinheiro, limitando a margem de manobra dos capitais voláteis e redirecionando os investimentos para novas indústrias e outros setores produtivos, definidos pelo Projeto Nacional de Desenvolvimento.

| Visão do PSB sobre o Modelo Macroeconômico



102 | O projeto de desenvolvimento proposto pelo PSB busca assegurar a plena inserção da maioria do povo brasileiro na cidadania econômica, social e cultural, situação que não foi plenamente cumprida pelo modelo varguista e pelos governos democráticos pós-ditadura militar.

103 | O Conselho Monetário Nacional (CMN) deve cumprir a missão que lhe foi atribuída na legislação que o criou, que é a de alcançar o progresso econômico e social do País, por meio da adoção das políticas da moeda e do crédito, da coordenação das políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e do controle e gestão das dívidas públicas - interna e externa.

104 | Ampliar a composição do Conselho Monetário Nacional, mantendo a presença majoritária do Estado, incorporando representantes dos segmentos produtivos, dos trabalhadores e das instituições de ensino e pesquisa, como forma de assegurar a representação da economia real.

105 | O CMN e o Bacen precisam incorporar, nas suas estratégias de gestão, instrumentos para a adoção rápida de medidas fiscais contracíclicas, visando ao enfrentamento de crises econômicas, de origem interna ou externa, bem como seus efeitos, em particular a recessão econômica.

106 | O PSB defende enfaticamente que o Banco Central do Brasil (Bacen), não pode atuar de forma autônoma das definições governamentais. As políticas concebidas pelo CMN devem estar casadas com as estratégias nacionais de desenvolvimento econômico e social.

107 | É necessário subordinar as regras da gestão fiscal à proteção do emprego e da renda, da soberania nacional, dos investimentos públicos, como estratégia de desenvolvimento nacional e da redução das desigualdades sociais.

108 | O PSB defende a adoção de políticas de valorização do salário mínimo, acima da inflação, objetivando o aumento do poder de compra dos trabalhadores como elemento essencial para o desenvolvimento do Brasil.

109 | A gestão das políticas macroeconômicas não pode estar descolada das demais políticas públicas. Neste sentido, uma política industrial, acompanhada por estratégias de incentivo à educação e de estímulos à pesquisa e ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação, constitui um primado e um dever macroeconômico.

110 | Considerando que a gestão da dívida pública exige um manejo cuidadoso e responsável, são necessárias auditorias e a adoção de instrumentos de gestão transparente, que possibilitem o acompanhamento dessa gestão pela sociedade.

111 | O PSB defende a adoção de um vigoroso programa de apoio à inovação e à economia criativa. Tal programa constitui-se em uma tarefa estratégica.

112 | A adoção de um programa de renda básica universal constitui-se numa exigência estratégica e essencial, evidenciada pela crise provocada pela pandemia do Coronavírus.

113 | É necessária a revogação da Emenda Constitucional 95 - Emenda do Teto de Gastos – como ação imperiosa para proteger a saúde, a educação, a ciência e tecnologia e a criação de empregos.

114 | O PSB defende a adoção de uma Reforma Tributária, onde a progressividade - menos impostos para os mais pobres e para as atividades produtivas – e o aumento da tributação para os mais ricos, em particular sobre a renda, lucros e dividendos, o patrimônio e as grandes fortunas e heranças, seja a diretriz central da nova política tributária a ser adotada.

115 | É necessária a adoção de estratégias de políticas econômicas que evitem a perda de empresas viáveis, geradoras de empregos, renda, tributos e mercado.

116 | É necessário adotar o modelo de gastos sociais sob a lógica do estabelecimento do *per capita*, ou seja, verificando o gasto por pessoa, a exemplo do que ocorre na educação, com o Fundeb.

| Inovação e Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento



117 | O esgotamento do modelo socioeconômico e político, vivido pelo Brasil, coincide com a mudança mundial dos paradigmas de produção, comercialização e consumo de mercadorias, imposta pela revolução tecnológica. A formação de capital não é mais determinada pelos meios de investimentos em capital fixo, mas predominantemente por valores gerados pela inovação e criatividade, representados por softwares, design, logística, marca e capital intelectual. Por isso, o PSB defende um novo modelo de desenvolvimento, que tenha como eixo central a inovação e a economia criativa.

118 | O PSB defende, também, que a redução ou desaparecimento das fronteiras entre indústrias e serviços, entre os setores secundário e terciário da economia, precisa se refletir num planejamento econômico que contemple as micro, pequenas, médias e grandes empresas, bem como na preservação e na criação de empregos e geração de renda.

119 | O PSB defende a mudança do status atual em que a sociedade brasileira figura mais como consumidora de produtos tecnológicos. É necessário assegurar que a economia seja capaz também de liderar processos produtivos sofisticados, de alto valor e agregados tecnológicos, para que o Brasil adentre na nova era do conhecimento, não apenas pelo lado do consumo, mas pelo lado da produção.

120 | Tomar como eixo estratégico de desenvolvimento a dualidade inovação e economia criativa pode pavimentar mais rapidamente o caminho do Brasil para a modernidade (*Livro 4 – Tese 162*).

121 | É necessário dar um salto criativo e revolucionário em direção ao novo paradigma da era do conhecimento, incorporando elementos novos, estruturantes e de longo prazo, às propostas econômicas, ambientais e sociais, para a superação das constantes crises do capitalismo tardio, às quais o Brasil está submetido.



| Renascimento Criativo da Indústria e Competitividade

122 | A economia criativa não é apenas mais um ramo da economia, que reúne uma série de atividades altamente produtivas, mas, sim, uma estratégia de desenvolvimento, que pode possibilitar ao Brasil uma inserção soberana na economia globalizada e nas novas cadeias de valor do mundo moderno.

123 | Considerando que uma parte do que se denomina desindustrialização corresponde, na verdade, à perda do valor relativo da indústria manufatureira, no conjunto de uma economia em que os serviços comuns especializados crescem, o PSB propõe uma sofisticação produtiva, que possibilite ao Brasil uma inserção soberana nas cadeias de valor do mundo moderno.

124 | Para recuperar a competitividade perdida nos mercados internos e internacional, consequência da quarta revolução industrial, o Brasil precisa de uma nova indústria, baseada na inovação na tecnologia, no *design* nacional e na pesquisa científica.

125 | A inovação e a economia criativa, adotadas como eixos estratégicos do desenvolvimento, não implicam, obviamente, na eliminação de outros setores essenciais, como a indústria de transformação, a geração de energia, a infraestrutura de transporte, a agricultura e os serviços financeiros, mas, sim, na adoção de inovação tecnológica para todos eles.

126 | Em lugar de uma simples reindustrialização, o PSB propõe um renascimento criativo da indústria brasileira, como tarefa necessária e inadiável. A inovação e a criatividade constituem-se no DNA da nova economia do mundo e representam a possibilidade real de uma transformação revolucionária e criativa da indústria, da agricultura, do comércio e dos serviços, em novas estruturas tecnologicamente atualizadas no Brasil.

127 | O PSB defende a adoção de políticas de formação profissional e qualificação contínua da mão de obra, aliadas ao estabelecimento de política industrial e de estímulo real à inovação, como estratégia para a geração de empregos qualificados.

128 | É necessário considerar a importância estratégica dos

complexos industriais e de serviços, já existentes, que podem ser fortemente potencializados, como os das áreas da saúde (Medicamentos e equipamentos), da defesa, do agronegócio e de alimentos (incluindo a pesca), da cadeia de petróleo e gás, bem como das áreas de informação e comunicação. É relevante, também, assegurar prioridade para as indústrias agroflorestais, tendo em vista as imensas vantagens competitivas existentes no Brasil.

129 | Para promover a competitividade da indústria nacional, em um ambiente de forte concorrência, o PSB defende a adoção de políticas de Estado que visem superar dificuldades estruturais e carências sistêmicas, associadas a fatores macroeconômicos, fiscais, legal-regulatórios, tecnológicos, sociais e de infraestrutura, o chamado Custo Brasil. Tais fatores oneram a produção brasileira frente a países concorrentes.

130 | O Brasil precisa de um projeto que democratize a economia do lado da produção, e não só do consumo, e que qualifique o aparato produtivo para responder às necessidades impostas pela economia do conhecimento.

131 | Para o sucesso do renascimento criativo da indústria, e da competitividade, o PSB propõe a organização de esforços em torno de três grandes eixos estratégicos: alinhamento de inteligências, organização de esforços estatais em parcerias com a iniciativa privada e organização de esforços de inserção dos produtos na cadeia internacional de valor.

132 | Fazer o alinhamento de inteligências e recursos já disponíveis no âmbito do Estado Nacional, que na atualidade trabalham desarticuladamente dada a ausência de um Projeto Nacional de Desenvolvimento.



133 | Envolver esforços estatais no sentido de fazer parcerias com a iniciativa privada com potencial de inovação, como o agronegócio, o setor energético, as cadeias produtivas da saúde, da defesa, da Indústria 4.0, da cadeia de petróleo e gás, e, ainda, toda a cadeia de produtos amazônicos. Nesse ambiente será necessário desenvolver e fortalecer arranjos empresariais, que sejam inovadores e inteligentes e que permitam a reunião criativa das capacidades públicas e privadas, da inovação e da pesquisa.

134 | Organizar aliança entre o novo, o criativo, o revolucionário e o inovador complexo produtivo e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), para viabilizar a inserção e ampliação das exportações de produtos e serviços de maior valor agregado, nas cadeias globais.

| Desenvolvimento da Amazônia 4.0



135 | O PSB defende que uma estratégia de desenvolvimento sustentável da Amazônia deve ser parte integrante de um Projeto Nacional de Desenvolvimento. O maior potencial futuro da Amazônia não está nos produtos que já existem, mas no aproveitamento do imenso potencial da riqueza de sua biodiversidade.

136 | O PSB defende que a articulação da inteligência na Amazônia reforce a vasta produção e sistematização de conhecimento e saberes dos povos, suas culturas e crenças, seus conhecimentos e tradições mantidos no território.

137 | Para que se organize o projeto de desenvolvimento sustentável para a Amazônia brasileira é fundamental estabelecer estratégias para o efetivo exercício da soberania nacional sobre a região.

138 | O Projeto Amazônia 4.0 tem como objetivo fomentar indústrias para todas as escalas, inclusive para pequenas comunidades e para as cidades amazônicas. Isso possibilita transformar o potencial da região em produtos e serviços ecossistêmicos, em conhecimento biotecnológico, atingindo mercados globais; portanto, transformar-se numa marca brasileira. O estímulo à agroindústria florestal, ou biofábricas, pode tornar-se um diferencial competitivo do Brasil.

139 | É preciso que o Brasil desenvolva o complexo agroindustrial

para transformar os mais de 450 insumos (já identificados pela ciência) de biodiversidade em produtos de alto valor agregado.

140 | É imperioso que o Estado Nacional desenvolva estratégias eficientes para coibir a prática da biopirataria e as tentativas de registros de patentes, no exterior, de produtos ou princípios ativos cujas origens são genuinamente amazônicas.

141 | É preciso desenvolver o potencial econômico do que se denomina “bioeconomia de floresta em pé e rios fluindo”. Rios fluindo, porque toda a energia para esse modelo de industrialização pode ser obtida por meio de fontes renováveis de energia.

142 | Para o projeto Amazônia 4.0 é necessário desenvolver a economia criativa e compartilhar as modernas tecnologias digitais da 4ª Revolução Industrial, com a atração e fomento de novas indústrias para o norte do país, conectando esses setores com as ciências dos materiais, a bioengenharia e a biotecnologia.

143 | Para consolidar um projeto ancorado na inovação e na economia criativa, na Amazônia 4.0, além de retomar os investimentos em ciência e tecnologia no Brasil, é necessário alterar a sua lógica regionalmente concentradora. Também, o desenvolvimento eco-socioeconômico da região não pode estar subordinado à expansão agrícola e pecuária e à exploração desorganizada de minérios.

144 | Visando fazer frente ao desafio de construção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, sob a égide da Amazônia 4.0, é necessário que o Estado brasileiro empreenda e lidere uma iniciativa de grande envergadura, a exemplo do que foi a Petrobras, na década de 1950, e a Embrapa, na década de 1970.

145 | É fundamental a criação de uma empresa, ou agência, para o desenvolvimento da Amazônia, cuja missão será a gestão executiva do projeto de desenvolvimento da região. Seu objetivo central deve ser a coordenação e consolidação do movimento e do processo que levarão ao surgimento de uma nova fronteira econômica, rica, acolhedora, verde, molhada e inovadora, que sediará complexos industriais de fármacos, de madeiras oriundas do manejo sustentável e dos reflorestamentos realizados em áreas degradadas, dos minérios, dos pescados, das frutas e castanhas, do turismo, dentre tantos outros produtos.

146 | O projeto de desenvolvimento Amazônia 4.0 deverá partir do

pressuposto e reconhecimento da atuação de inúmeras instituições de ensino e pesquisa, da Região, que deverão ter sua articulação reforçada em função de um Projeto Nacional de Desenvolvimento.

147 | Para atrair, fixar e reter talentos e mão de obra qualificada, para a Região, é necessário reforçar a tese da criação de Centros de Excelência, Inovação e Pesquisas em Bioeconomia e Biotecnologia.

148 | Será necessária a articulação dos investimentos públicos, em parceria com a iniciativa privada e instituições não governamentais, as quais poderão encarregar-se da gestão de inúmeros empreendimentos que estruturarão o Projeto Amazônia 4.0.



| Plano Estratégico de Economia Criativa no Âmbito do Projeto Nacional de Desenvolvimento

149 | A inovação e a economia criativa, como novos paradigmas, devem se constituir no eixo central de um Projeto Nacional de Desenvolvimento. A nova economia baseia-se na abundância infinita do talento, da criatividade, da tecnologia e da cultura.

150 | É necessário adotar forte ação de planejamento e articulação do Estado brasileiro com a sociedade, o empresariado, a academia, e os trabalhadores, para que o novo paradigma de desenvolvimento, baseado na cultura, na ciência e na tecnologia seja assimilado.

151 | O planejamento de médio e de longo prazos deve começar na educação, para o desenvolvimento de competências criativas, uma visão analítica e transdisciplinar, desde o Ensino Fundamental até a universidade, em que o alunato deve ser exposto ao desafio da inovação e da criatividade, sem perder o foco da formação humanística.

152 | Um Plano Estratégico de Economia Criativa, no âmbito de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, pressupõe o desenvolvimento do *design* nacional, baseado na identidade brasileira, como elemento

fundamental, inclusive para a modernização das indústrias tradicionais, pois é um imperativo cultural e tecnológico.

153 | É tarefa importante a criação de um Fundo Misto de Desenvolvimento para a Economia Criativa, dedicado exclusivamente a viabilizar a participação financeira e o apoio tecnológico aos empreendimentos inovadores de pequeno, médio e grande portes, visando torná-los mais competitivos nos mercados nacional e global.

154 | Os investimentos do fundo misto de desenvolvimento, para a economia criativa, devem ser descentralizados, garantindo o alcance aos subúrbios e favelas brasileiras, além de promover estrategicamente os projetos de mãos solo, visando garantir a igualdade competitiva das diferentes camadas sociais.

155 | No Plano Estratégico da Economia Criativa, deve constar, também, a articulação do turismo com a cultura e o entretenimento, tendo em vista a sua alta capacidade indutora para a economia tradicional, o que ajudará a adensar as cadeias produtivas agrícolas e industriais.

156 | Deverá ser destacado e fortalecido o papel das mulheres, dos negros, dos jovens, das pessoas com deficiências e da população LGBTQIA+, nas atividades ligadas à economia criativa e ao empreendedorismo, especialmente pelo fato de que esses segmentos propiciam mais oportunidades de desenvolvimento e emancipação do que as atividades tradicionais, vinculadas ao comércio, indústria e agricultura.

157 | Será necessária a adoção de medidas nos campos da engenharia fiscal e tributária e de fomento financeiro, como suporte ao desenvolvimento da economia criativa. Os setores ligados à tecnologia, cultura, criatividade e ao turismo têm, na atualidade, poucos mecanismos de desoneração fiscal e de financiamento.

158 | Serão necessários investimentos em estratégias de desburocratização e simplificação do sistema tributário, para as atividades que envolvam a economia criativa, os micro e pequenos empreendedores, bem como para obtenção de licenças de instalação, funcionamento e registros de marcas e patentes e para os direitos de propriedade intelectual.

159 | O PSB propõe a criação de um marco legal – lei nacional da economia criativa -, que deverá abranger e regulamentar, por meio

de estímulos e simplificações, os aspectos pertinentes às áreas tributária, previdenciária, alfandegária e de propriedade intelectual, mediante o reconhecimento das especificidades dos empreendimentos criativos.

160 | É necessário adotar medidas de regulação e regulamentação do uso de bens criativos, bem como o estabelecimento de normas que facilitem a expansão dessas atividades, libertando-as do aprisionamento dos monopólios da mídia e do transporte de dados.

161 | Por sua vez, as cidades possuem enorme importância para a operacionalização das atividades da economia criativa, para o empreendedorismo e a construção de Arranjos Produtivos Locais (APLs).

| O Futuro do Trabalho



162 | O PSB reconhece que os processos produtivos têm se utilizado, de forma crescente, das novas tecnologias decorrentes da inteligência artificial, como a internet das coisas, o aprendizado de máquina, *big data*, robótica compartilhada, gêmeos digitais e realidade aumentada, que criam novos empregos, mas provocam uma perda muito maior de empregos. Por isso, o PSB propõe que o Estado assuma a responsabilidade por políticas públicas de requalificação profissional e pelo estabelecimento de uma renda mínima, para evitar a barbárie.

163 | O PSB defende que o desenvolvimento das pesquisas, para o uso de novas tecnologias decorrentes do advento da indústria 4.0, seja realizado com a preocupação do seu impacto sobre o trabalho, principal valor do Socialismo.

164 | O PSB não teme a revolução científica e tecnológica e tampouco teme a sociedade do conhecimento e da informação, que resulta dessa revolução. Antes, e ao contrário, propõe que o País use, resolutamente, grande parte dos ganhos de produtividade que ela propicia, para estimular, acelerar e generalizar seus processos, retroalimentando-a num ciclo ininterrupto, até que se diminua o contingente de obsoletos ou excluídos.

165 | A capacidade criativa, envolvida nos processos produtivos, está relacionada a interesses dos agentes dos poderes econômico, social e

cultural, notadamente nas áreas como as de telecomunicações, engenharia genética, biotecnologia, tecnologias de informação e comunicação (TICs). O PSB defende que o desenvolvimento das novas tecnologias esteja a serviço da sustentabilidade e do desenvolvimento social.

166 | É necessário implementar estratégias de políticas públicas, envolvendo o mundo do trabalho, de modo a considerar o fim de algumas profissões e o surgimento de outras.

167 | Novas políticas públicas deverão ser concebidas para regular o mundo do trabalho, notadamente para lidar com o excedente de mão de obra resultante da modernização de processos produtivos. Tais políticas deverão propiciar a adaptação dos trabalhadores que perderem seus postos de trabalho, requalificando-os permanentemente e realocando-os em novas funções.

168 | O Brasil necessita adotar urgentemente políticas públicas de proteção do trabalhador e seus direitos, combinadas com estratégias de qualificação e requalificação da mão obra, em função das mudanças disruptivas em curso, que afetam a vida profissional dos trabalhadores de todas as sociedades.



169 | O PSB opta pelo combate às desigualdades, pela economia criativa e pela educação como importantes pilares de seu projeto de desenvolvimento para o Brasil.

170 | Os socialistas defendem que os poderes de decisão na área econômica e tecnológica, que impactam o mundo do trabalho, não devem continuar concentrados em grandes grupos financeiros, industriais e transnacionais, cujas estratégias não estão sujeitas a nenhum controle democrático.

171 | A moderação e regulação do Estado é necessária, visando garantir, por meio de políticas públicas articuladas, a constante requalificação e recolocação dos trabalhadores.

172 | O PSB defende a adoção da garantia de renda básica universal, como forma de assegurar o sustento de todos os cidadãos durante o período de transição e/ou requalificação. Defende, ainda, que todos que se encontram nesta situação tenham, em igualdade de condições, acesso e permanência nas políticas de educação, de saúde, de assistência, de habitação, dentre outras.

173 | Os socialistas defendem a redução da jornada de trabalho, em função do aumento da produtividade das empresas, sem, no entanto, reduzir salários, em razão dos ganhos de produção resultantes do uso intensivo das inovações tecnológicas.

174 | É imperiosa e urgente a atualização das pautas sindicais e a realização de estudos sobre as adequadas formas de representação dos novos trabalhadores, das novas formas de trabalho e do novo modo de produção trazido pela economia 4.0.



| Superar as Desigualdades Econômicas Regionais

175 | O PSB defende a necessidade de superação da lógica de mercado do capitalismo brasileiro, que foi incapaz de criar um modelo de desenvolvimento menos desigual social, econômica e regionalmente. Como afirmou o geógrafo Milton Santos, em 1997: “no mundo da globalização,

o espaço geográfico ganha novos contornos, novas caracterizações e novas definições. Os atores mais poderosos se reservam os melhores lugares do território e deixam o resto para os outros”.

176 | É necessário desenvolver políticas públicas, que viabilizem a superação dos fenômenos que marcaram as regiões destinadas às atividades de menor valor agregado e com menor poder competitivo nos mercados nacional e internacional. A participação do Nordeste, por exemplo, no PIB de 2020, foi equivalente àquela do início da década de 1960.

177 | Somente a intervenção do Estado brasileiro - com ações coordenadas e simultâneas, por meio de instrumentos como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os bancos e as agências de desenvolvimento regional, as instituições de pesquisa, a exemplo da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa) e as universidades - pode reduzir as desigualdades espaciais e possibilitar um verdadeiro desenvolvimento regional no Brasil.

178 | O PSB defende que as chances de um novo tipo de desenvolvimento para as regiões menos favorecidas residem, hoje, na revolução tecnológica, na nova economia do conhecimento, nas novas atividades ligadas à economia criativa, partindo das vocações naturais e culturais de cada região.

179 | Realizar uma reestruturação produtiva mais competitiva no Centro-Oeste, no Norte e no Nordeste, aumentando a geração de valor agregado na produção regional. O PSB defende que é preciso viabilizar o encadeamento produtivo, tecnologicamente avançado, para que se invertam as características registradas, gerando um encadeamento produtivo capaz de formar ciclos robustos e sustentáveis de desenvolvimento.

180 | Desenvolver empreendimentos produtivos dentro dos parâmetros da sustentabilidade socioambiental, respeitando as características regionais e inserir as economias regionais nas cadeias de valor nacionais e internacionais.

181 | O turismo e a cultura, como integrantes da economia criativa, constituem-se em óbvios eixos econômicos para o desenvolvimento de todas as Regiões brasileiras. O turismo internacional há que ser incluído na pauta de exportações, na medida em que representa uma das mais eficazes formas de atração de divisas.

Eixo Temático III

Desenvolvimento Sustentável e Economia Verde



O Eixo Temático III - Desenvolvimento Sustentável e Economia Verde - é integrado pelos temas: Economia Verde, Empregos Verdes, Biomas Brasileiros, Luta Ecológica e Energias Renováveis. Norteia a construção desse eixo a ideia de que as políticas de desenvolvimento para o País, sob a ótica do socialismo, devem ter como centro o homem e sua relação com o ambiente em que vive e com aqueles com quem divide o território e a sua cultura. Dessa forma, essas relações devem ser assentadas na lógica do desenvolvimento sustentável, conforme proposto pelo Relatório Brundtland - no livro “O Nosso Futuro Comum”, na década de 1980 - da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas.

O desenvolvimento sustentável é compreendido como aquele que provê pelo menos as condições de vida atual, garantindo melhores condições para as gerações futuras. Esse desenvolvimento tem três pilares constituintes: Uma economia inclusiva, a proteção social e a conservação ambiental. Entretanto, o PSB compreende como inaceitáveis as condições de vida de milhões de brasileiros pobres e excluídos. Portanto, a manutenção de tal situação não é o padrão de sustentabilidade defendida pelo Socialismo Criativo.

| Economia Verde, Uma Possibilidade



182 | O PSB entende que é possível construir uma economia que resulte em melhoria do bem-estar da humanidade e com igualdade social, ao mesmo tempo em que reduza os riscos ambientais e a escassez ecológica. Tal economia é chamada de economia verde e criativa.

183 | A premissa da agenda da sustentabilidade é de que a economia verde e criativa apresenta potencial muito maior para a inclusão social e para a geração de renda e empregos do que o atual modelo de política econômica praticado.

184 | Os socialistas propõem que a transição para a economia verde e criativa, ainda nos limites do capitalismo, seja induzida pelo Estado, como parte de uma política econômica, e que seja revertida a trajetória do País como espaço para a expansão predatória da fronteira agrícola e o estímulo ao garimpo ilegal de recursos naturais, no contexto do atual modelo exportador de commodities.

185 | A aposta na exploração de petróleo como alavancadora da economia brasileira é insustentável. O PSB defende, portanto, a opção verde, que requer o redirecionamento dos incentivos governamentais para setores identificados como de transição para as atividades de baixo carbono.

186 | Do ponto de vista tributário, deve-se adotar, em larga escala, a prática de cobrança das externalidades negativas, baseada no princípio do poluidor-usuário pagador. Além de fonte de financiamento para atividades limpas, essa é uma forma de justiça social, pois impede a apropriação dos recursos do meio ambiente, por poucos.

187 | O PSB defende uma economia de baixo carbono, cuja transição do modelo atual passa também pela mudança das políticas setoriais em todas as áreas, incluindo e dando ênfase às energias renováveis.

188 | Com o uso intensivo de recursos tecnológicos, é necessário incrementar a produtividade por unidade de área, com especial ênfase na agropecuária, na produção familiar e na agricultura de baixo carbono.

189 | É necessário impedir que a pecuária bovina extensiva, não integrada com a lavoura, e o agronegócio, com a prática de uso intensivo de

agrotóxicos, continuem avançando em áreas florestais, como nos casos mais evidentes da Amazônia e do Cerrado.

190 | É fundamental que as políticas de desenvolvimento agrário tenham como prioridade a aceleração da garantia de direitos fundiários (acesso à terra e sua posse) e da extensão rural, para pequenos produtores e comunidades tradicionais, com sólido investimento para o fomento de práticas sustentáveis de agricultura e extrativismo.

191 | Na política industrial, deve-se realizar mudanças de prioridades, em particular, na ação do BNDES e demais financiadores públicos, direcionando recursos financeiros para setores e atividades com mais conteúdo tecnológico, potencial de emprego e renda e menor impacto ambiental.

192 | O financiamento público deve priorizar projetos que efetivamente estejam comprometidos com os princípios do Protocolo Verde, e com a carta de princípios sustentáveis de orientação para as ações das instituições bancárias públicas e privadas.

193 | O PSB defende parar com a sangria de recursos públicos para subsidiar atividades que geram grandes externalidades negativas, como o uso de automóveis particulares, produtos que geram alto consumo de energia e o crédito agrícola para produtores resistentes a se adequarem à legislação ambiental.

| Empregos Verdes: O Trabalho Sustentável na Direção da Economia Inclusiva, da Proteção Social e da Conservação Ambiental



194 | Empregos verdes são aqueles que contribuem para preservar ou restaurar a qualidade ambiental. Ou seja, são empregos que colaboram para a redução do uso de energia, matérias-primas e consumo de água, por meio de estratégias altamente eficazes, que descarbonizam e reduzem as emissões de gases de efeito estufa.

195 | A política econômica neoliberal praticada no Brasil é incompatível com a sustentabilidade ambiental. Os socialistas defendem que as políticas de emprego devem estar associadas a sistemas de proteção social e de conservação ambiental.

196 | O PSB defende que a criação de empregos verdes deve estar no centro das políticas econômicas e sociais para o desenvolvimento sustentável, que ganha cada vez mais importância, possibilitando enfrentar de maneira estruturante os desafios da economia verde e inclusiva.

| Biomas Brasileiros, Ativos do Desenvolvimento



197 | O PSB defende que os Biomas Brasileiros - Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pampa, Mata Atlântica, Pantanal e o Bioma Marinho - se constituam em importantes ativos do desenvolvimento.

198 | O PSB entende que a formulação de políticas públicas estratégicas, a comporem um Projeto Nacional de Desenvolvimento, necessita levar em conta a territorialidade, uma vez que os desequilíbrios regionais nacionais também se manifestam, pelo menos de forma aproximada, em razão das características das localidades em seus diferentes biomas.

199 | O PSB defende a adoção de medidas de efetiva fiscalização e controle para impedir a supressão de vegetações nativas, como forma de evitar a afetação do regime pluviométrico, que é fundamental para a vida das populações e para o setor agrícola.

200 | Os socialistas compreendem que os agricultores familiares, os assentados da reforma agrária, os povos indígenas e os de comunidades tradicionais, que têm em cada bioma a sua casa, são os protagonistas da conservação da agrobiodiversidade e da promoção da soberania e segurança alimentar.

201 | É necessário garantir e aperfeiçoar os requisitos de licenciamento ambiental, como forma de eliminar a ação da grilagem, do

garimpo ilegal e da substituição da mata por atividades pecuárias, que têm resultado em intenso desmatamento das florestas brasileiras, notadamente na Região Amazônica.

202 | Os aquíferos brasileiros precisam ser protegidos por ações e legislação específicas, em especial com soluções de contorno para passivos ambientais e a impermeabilização de solos - causados pela urbanização -, que se constituem em ameaças aos aquíferos sob áreas urbanas.

203 | O PSB entende que urge defender os serviços ecossistêmicos, compostos pelas matas ciliares, as nascentes, entre outros, em especial, pelos serviços ambientais prestados pelos biomas. Devem ser empreendidas ações políticas, que visem ao fortalecimento e a ampliação do sistema de defesa de áreas protegidas, de proteção integral e de uso sustentável.

204 | O PSB defende a adoção de medidas que tenham por objetivo recuperar as políticas que garantam a homologação de terras indígenas, da reforma agrária e da regularização fundiária de povos e comunidades tradicionais.

205 | Um Projeto Nacional de Desenvolvimento precisa incorporar estratégias que compreendam a importância que as novas tecnologias desenvolvidas em tempos de Economia 4.0 exercem sobre esse enorme ativo econômico brasileiro, que são os seus biomas.

206 | O PSB defende, na direção da sustentabilidade, o fortalecimento de fóruns de articulações assentadas em diálogos sociais e políticos, como protagonistas em cada um dos biomas brasileiros.





| O PSB e a Luta Ecológica

207 | Os socialistas não podem comungar com o excesso de consumo e de desperdício, e devem ser críticos sobre o que produzir, como produzir, quanto produzir e onde produzir, pois refutam radicalmente o princípio capitalista de que a felicidade se dá na insaciável satisfação do possuir e consumir.

208 | A opção defendida pelo PSB é aproximar-se do movimento do Ecosocialismo, que há décadas atua em vários países, desenvolvendo um trabalho de engajamento na luta ecológica, propondo que se avance no caminho construído ao longo de mais de meio século, por partidos ecológicos, organizações não governamentais e instituições culturais.

209 | Para o PSB, a luta ecológica tem também o significado da contradição do capitalismo com a própria vida no planeta.

210 | Para o socialismo, é fundamental unir sistematicamente as lutas sociais por justiça, equidade, bem-estar econômico, desenvolvimento social e direitos humanos, com as lutas pela conservação ambiental.

| A Premência das Fontes Limpas e Renováveis de Energia



211 | O Brasil precisa aproveitar melhor a sua vantagem energética competitiva, que nas duas primeiras décadas do século XXI chegou a representar, em termos de energia limpa e renovável, quase metade da sua produção, enquanto a média mundial era inferior a 15%.

212 | O efeito combinado da demanda crescente e do esgotamento dos recursos requer uma solução melhor para o uso de fontes de energia, priorizando as chamadas fontes renováveis e limpas de energia. O PSB defende também substanciais aportes de recursos em pesquisas em eficiência energética.

213 | A parcela de energia renovável, no suprimento total de energia, está se expandindo e pode contribuir para o crescimento da renda, do emprego e do acesso dos pobres à energia limpa, o que poderia ser um vetor para se atingir de forma mais rápida as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

214 | É necessária uma mudança na matriz energética nacional substituindo, gradativamente, o uso da energia proveniente de combustíveis fósseis, para fontes de energia limpas e renováveis, o que contribuirá para alcançar metas necessárias de redução de emissões de gases de efeito estufa.

215 | O PSB propugna a necessidade de recuperação da capacidade do Estado na formulação menos tímida da política energética, de longo prazo, visando a um desenvolvimento assentado nos preceitos da sustentabilidade, por meio do aumento das fontes de energias renováveis, em sua matriz energética.



Eixo Temático IV

Políticas Sociais e

Cidades Criativas





O Eixo Temático IV – Políticas Sociais e Cidades Criativas é integrado pelos temas: Seguridade Social, Saúde Pública, Educação Pública, Liberdade e Igualdade, Direitos Humanos e Movimentos Sociais, Segurança Pública, Reforma Agrária, Reforma Urbana, Cidades Criativas e Cultura e tem como objetivo apresentar propostas do PSB em todas essas áreas.

As Políticas Sociais são destinadas a garantir o acesso universal e a permanência da população em serviços providos pelo Estado, visando ao bem-estar, à dignidade e à coesão social, provendo os bens e serviços necessários à garantia de vida plena e digna de todos os cidadãos. A revolução brasileira do século XXI precisa corresponder ao desenvolvimento dos direitos já conquistados e de novos para o povo brasileiro.

| Políticas Sociais Para Igualdade



216 | O modelo de desenvolvimento excludente, vigente no Brasil, que tem na desigualdade sua estrutura nuclear, agravada em suas dimensões de raça, gênero e idade, determina a adoção de estratégias radicais e de medidas criativas e inovadoras, capazes de combater as causas e alterar as desigualdades estruturais, começando pela saúde e educação.

217 | O PSB defende, enfaticamente, que as políticas sociais devem ser articuladas e estruturadas enquanto políticas de Estado, alinhadas à política macroeconômica. Essas políticas devem se estruturar por meio da formação de uma forte rede de proteção social, articulada inteligentemente entre os três níveis de governo (federal, estadual e municipal).

218 | A principal meta defendida pelo PSB, por meio das políticas

sociais, é assegurar o acesso universal e a permanência em serviços públicos de qualidade, que garantam a mobilidade social e a emancipação do cidadão.

| A Seguridade Social como Instrumento de Redução da Desigualdade



219 | O PSB defende que a Seguridade Social, como um conjunto integrado de ações de acesso e permanência universais, de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, está destinada a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência e à Assistência Social.

220 | A Assistência Social, como um direito, deve ser prestada a quem dela necessitar. Deve alcançar jovens, idosos e atingidos pelo desemprego estrutural e pela “uberização” do trabalho, independentemente de contribuição à Seguridade Social.

221 | A reforma da previdência necessita ser revista, de forma a assegurar as conquistas obtidas durante o processo constituinte.

222 | O PSB defende a adoção de políticas de Estado que assegurem uma Renda Básica universal.

| Avançar com o SUS



223 | A saúde é um direito de todos e um dever constitucional do Estado, a qual deve ser garantida mediante políticas sociais e econômicas. Urge implementar políticas de saúde para assegurar o bem-estar físico, mental e social e prevenir riscos de doenças e outros agravos. Os socialistas defendem o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção da vida humana.

224 | O PSB defende a criação e adoção de fonte exclusiva para o

financiamento complementar da Saúde Pública, posto que sucessivos governos esvaziaram os recursos da Seguridade Social - que inclui evidentemente a saúde -, via criação da Desvinculação das Receitas da União (DRU).

225 | O SUS é uma das poucas instituições que propiciam ao povo brasileiro o sentimento de pertencimento, pois é um empreendimento social e humanístico, realizado pelo Estado, com a participação da sociedade. Por isso, o PSB defende a garantia da manutenção, funcionamento e fortalecimento dos Conselhos e Fundos Gestores do SUS.

226 | O que se impõe para a Saúde, no Brasil, é o enfrentamento de três macrodesafios: mais recursos para a saúde, melhoria da gestão pública e políticas públicas voltadas à melhoria das condições de vida.

227 | O PSB defende uma política pública integrada, dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), para ampliação da oferta de serviços de saneamento básico, acesso à água potável e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, como um direito humano primordial para o desenvolvimento saudável de todos os brasileiros.

| A Educação no Brasil



228 | A educação pública brasileira vem sendo objeto de ataques dos liberais, neoliberais, da direita e da extrema direita, há muito tempo. A mais cruel tentativa de desmonte do sistema público de educação ocorreu na Ditadura Militar, mediante a adoção do acordo MEC-USAID, que reduziu drasticamente a qualidade da educação pública existente até os anos 1960. Essa ação desarticulou o processo que levaria à revolução brasileira, uma vez que o modelo educacional vigente propiciava a formação de cidadãos livres e emancipados.

229 | É fundamental assegurar que a educação seja vista como estratégia central na execução de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, que organize e realize os desejos de construção de uma sociedade justa, fraterna e inclusiva, em que todos possam viver, trabalhar e ser felizes, numa economia que valorize o conhecimento e assegure a emancipação.

230 | No Brasil de 2020, havia ainda 11 milhões de brasileiros que não sabiam ler e escrever. É imperativo, portanto, em tal projeto, a união de todos os esforços e energias da sociedade civil, das organizações sociais, das empresas e do Estado, para superar o analfabetismo.

231 | O PSB defende a estruturação de programas sociais e educacionais que garantam o acesso universal e a efetiva permanência dos alunos nas escolas, em todos os níveis. Propugna, também, a reestruturação das metodologias de ensino fundamental, médio e técnico, que assegure a valorização e a ampliação da autonomia de professores e mediadores educacionais, ao mesmo tempo em que se avance na erradicação do analfabetismo funcional, na prevenção do analfabetismo digital e na melhoria da qualidade do ensino, refletida em indicadores globalmente aceitos.

232 | O PSB reafirma seu compromisso com uma educação pública, universal e de qualidade, com acesso às novas tecnologias, que garanta a inclusão dos segmentos menos favorecidos, notadamente a população negra e periférica, no mercado de trabalho e nos processos produtivos da economia do conhecimento, para não precisarem continuar - como o fazem na atualidade -, a recorrer a subempregos para sobreviver cotidianamente.



233 | É preciso retomar os investimentos na educação pública, deter o sucateamento de suas estruturas de ensino e estancar os mecanismos que excluem grandes parcelas da população pobre do acesso à educação qualificada, facilitando o avanço do ensino pago. A política de permanente redução dos investimentos, em todos os níveis, justifica a afirmação de Darcy Ribeiro, segundo a qual a crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto.

234 | O espaço público da educação necessita ser fortalecido e ampliado, no Brasil, por meio do aumento de aporte de recursos, que permita o aprimoramento na formação de professores e a construção de ambientes escolares compatíveis com as exigências da atual realidade, imposta pelo desenvolvimento das novas tecnologias.

| Instrumentos Norteadores da Educação Brasileira



235 | O PSB propõe que se resgatem as pactuações e se organizem esforços para que sejam cumpridos os princípios norteadores do projeto de educação brasileira. Tais princípios estão contidos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Plano Nacional de Educação (PNE).

236 | Importante destacar que, no nível de Educação Infantil (creche e pré-escola), é fundamental que as ações sejam coordenadas e realizadas pela esfera cuja competência lhe foi atribuída, ou seja, os Municípios. Ao Ministério da Educação (MEC) compete cumprir as diretrizes estabelecidas por lei e aportar os recursos necessários.

237 | A educação técnica e profissional deve ser um dos pilares de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, com o objetivo de garantir que a população menos favorecida não seja destinada aos subempregos, devendo, para esse fim, se agregar a ampliação de vagas universitárias e a manutenção, enquanto for necessário, da política de cotas sociais e raciais.



| Financiamento e Gestão da Educação Brasileira

238 | O PSB propõe como fundamental, no financiamento da educação, o estabelecimento de modelo de federalismo cooperativo. Mantendo, no entanto, a vinculação constitucional de recursos mínimos de 18%, obrigatórios para a União, e 25% para Estados e Municípios.

239 | Os socialistas posicionam-se frontalmente contra a militarização das escolas. Reconhecem que a medida gera uma sensação de “ordem e respeito”, no entanto, é preciso uma escola acolhedora e libertadora, que não iniba os elementos criativos natos em cada um dos seres humanos.

240 | Há que se registrar que o Fundeb, como obra de engenharia educacional e financeira fundamental à vida nacional, é um importante triunfo democrático e civilizatório. Os socialistas defendem que o Fundeb seja fortalecido como política pública, de caráter permanente, ou seja, uma política de Estado e não de Governo.



| Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação

241 | O PSB defende a ampliação do acesso ao ensino superior público, através da oferta de vagas universitárias, de políticas de permanência e da manutenção das cotas étnico-raciais, sociais e para pessoas com deficiência, enquanto for necessário.

242 | Para o PSB, há que se reajustar crescentemente o quadro de financiamento da pesquisa no Brasil, uma vez que, historicamente, os recursos destinados ao setor sofrem reduções contínuas.

243 | O PSB opõe-se fortemente aos projetos neoliberais, pois buscam liquidar o sentido público das instituições federais de ensino. Esses projetos procuram alterar os eixos históricos que sustentam o caráter público

e socialmente referenciado das instituições, ou seja, voltados ao atendimento dos interesses da sociedade.

244 | O PSB defende a regulamentação do Artigo 207 da Constituição Federal, que definiu as características essenciais da autonomia didático-científica, administrativa, bem como de gestão financeira e patrimonial das universidades públicas.

245 | A captação de recursos próprios pelas instituições de ensino superior não pode e não deve submeter essas instituições aos interesses exclusivos do mercado.

246 | O PSB entende que somente o fortalecimento do sistema nacional de produção de C&T&I (Ciência, Tecnologia e Inovação), com forte aporte de recursos financeiros no setor, pode resultar em fortalecimento do desenvolvimento autônomo e soberano da nação brasileira.

247 | A consolidação da economia criativa implica a inserção da ciência e tecnologia na construção de um projeto genuíno de desenvolvimento nacional, fortalecendo as instituições públicas de ensino e pesquisa do País e criando canais de interlocução com o setor produtivo (*Livro 4 – Tese 342, reescrita*).

| Revolução Criativa na Educação



248 | O PSB defende que a educação é o principal instrumento de combate às desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira.

249 | O desenvolvimento educacional deve ser a base dos desenvolvimentos econômico e social. Sendo a educação pública de qualidade a principal política social, pois permite à criança, ao adolescente e ao jovem, ter uma formação para a vida em geral, inclusive para o mundo do trabalho, é somente como política social de Estado, como educação crítica e criativa, que poderá assegurar e promover a emancipação do indivíduo.

250 | Para ser plenamente efetiva, a igualdade de oportunidades implicaria tornar o Ensino Fundamental totalmente gratuito e acessível a todas as camadas da sociedade, a exemplo do que já ocorre em diversos países,

como, por exemplo, os Estados Unidos, Israel e algumas socialdemocracias europeias. Os filhos dos trabalhadores pobres precisam ter o mesmo espaço escolar que os filhos das classes média e abastadas.

251 | O PSB entende que, para garantir a educação como um direito e não um privilégio, o ensino fundamental, além de gratuito deve ser realizado em tempo integral.

252 | A qualificação e a valorização dos professores são requisitos imprescindíveis para alcançar a educação defendida pelo PSB, com a garantia da liberdade de expressão e de cátedra.

253 | O PSB propõe uma revolução criativa na educação, que proporcione a transformação das mulheres e homens em pessoas libertárias, tolerantes e criativas, mais bem preparadas e com a aquisição de novos repertórios para se adaptarem à era do conhecimento e às transformações tecnológicas, com a valorização dos conteúdos de humanidades e de artes. Para tanto, é necessária uma mudança na prática pedagógica dominante, substituindo-a por uma nova, que não tenha por base concepções mecanicistas da educação, que acabam por diminuir os espaços de criação, ao tentar “domesticar” as aspirações das crianças, dos adolescentes e dos jovens, interrompendo seus processos criativos.

| Direito Social ao Trabalho

254 | O PSB defende a regulamentação dos direitos trabalhistas previstos do artigo 7º ao artigo 11 da Constituição, que estabelecem dispositivos como a proteção contra a despedida arbitrária, o seguro-desemprego, o salário-mínimo, as jornadas de 8 horas (normal) e de 6 horas para trabalho ininterrupto, e a criminalização da retenção dolosa do salário.

255 | Diferentemente de outros direitos sociais, como saúde e educação, o direito ao trabalho não conta com instrumentos jurídicos e administrativos que garantam seu cumprimento pelo Estado como, por exemplo, a aquisição de um emprego ou atividade rentável, precisa, de políticas públicas e medidas macroeconômicas.

256 | O PSB defende o fortalecimento da política de trabalho,



através da tríade qualificação social e profissional, seguro-desemprego e intermediação de mão de obra. Esse último pilar, quando desenvolvido pela iniciativa privada, deve ser mais bem regulamentado, com severo controle social e do Estado.

257 | O PSB defende, com urgência, a adoção e promoção de políticas que diminuam as dramáticas taxas de desemprego e de desalento, decorrentes de políticas macroeconômicas liberais, bem como das mudanças do cenário do trabalho e do emprego, ocorridas em razão do desenvolvimento das novas tecnologias. E, particularmente, para aqueles que ainda não tiveram acesso ao primeiro emprego, o PSB propõe que a promoção do trabalho deve se dar como Trabalho Decente, segundo apregoa a OIT em sua plataforma.

258 | Cabe aos socialistas brasileiros a defesa da Constituição de 1988 e a luta pela revogação da emenda constitucional chamada Reforma Trabalhista, do Governo Temer, bem como a formulação de uma verdadeira reforma trabalhista, capaz de defender novos direitos para os trabalhadores, numa sociedade em que o modelo de produção se modifica rapidamente com a revolução tecnológica, gerando desemprego, subemprego e a "uberização" do trabalho.

| Segurança Pública



259 | Na segurança pública é necessário identificar que, no cenário político mais amplo, há claras dificuldades em se conjugar medidas preventivas e repressivas e em acabar com o falso antagonismo entre segurança pública e direitos humanos.

260 | A pauta da segurança pública adquire, a partir dos anos de 1990, contornos nacionais, com diversas tentativas de implementação de um plano nacional de segurança que fosse além do brevíssimo traçado constitucional sobre a área.

261 | O aumento da criminalidade violenta e a estruturação e fortalecimento do crime organizado e das facções prisionais fazem com que a segurança pública seja uma das preocupações atuais de todos os brasileiros.

262 | Os custos do combate à violência chegam a 5,4% do PIB. A indústria já gasta mais com segurança do que com pesquisa e desenvolvimento, e os elevados índices de criminalidade afetam o turismo e o investimento em várias áreas.

263 | As velhas propostas do Congresso Nacional, que se restringem à tipificação de novos crimes, ao aumento das penas e o endurecimento do regime de seu cumprimento, têm se mostrado não somente ineficazes, mas agravantes dos problemas.

264 | A prática nas gestões estaduais socialistas, de Pernambuco, Espírito Santo, Distrito Federal e Paraíba, mostrou que é possível inovar na gestão e desenhar políticas de segurança comprometidas com a redução da violência, em um cenário de respeito aos direitos humanos.

265 | A proteção dos direitos humanos, como valor fundamental, e a inovação na conjugação de políticas de prevenção, com programas e ações de prevenção qualificada, devem ser o ponto de partida para se pensar em novas estratégias para a redução da violência e a promoção da Segurança Pública.

266 | A segurança é uma política pública e, como tal, deve ser gerida. Há que se desenvolver, para a área, mecanismos de governança, inclusive orçamentária, e aproveitar as experiências de gestão com resultados bem-sucedidos, como as implementadas nos governos do PSB, que se utilizam de mecanismos de gestão sofisticados, mas de implantação relativamente simples.

267 | Esses mecanismos são: o estabelecimento de objetivos e prioridades específicos, a definição de metas baseadas em indicadores de desempenho, a especificação de planos de ação direcionados a áreas territoriais integradas, e o fortalecimento da produção das estatísticas e da análise criminal.

268 | O PSB defende que o modelo do SUS deve ser um ponto de partida relevante para a estruturação de um modelo de governança da segurança pública. Ainda, o estímulo à cultura de monitoramento e à avaliação de políticas, programas e ações de segurança deve ser contínuo e as avaliações devem contar com mecanismos efetivos de participação social.

| Mais Mulheres no Poder



269 | Os socialistas defendem a igualdade de gênero como a base necessária para o desenvolvimento de uma democracia econômica, social e política substantiva. Somente o alcance da igualdade de gênero permitirá superar opressões estruturadas em um sistema patriarcal, machista, racista e LGBTfóbico, que marginaliza indivíduos e grupos sociais.

270 | O PSB garante a bandeira do fortalecimento dos direitos e da cidadania, nas múltiplas identidades que compõem o ser mulher, reconhecido no sentido de “gênero feminino”, com um olhar inclusivo para as identidades femininas mais vulnerabilizadas em nossa sociedade.

271 | Os socialistas reivindicam a humanização do atendimento à saúde mental das mulheres e a estruturação de unidades hospitalares e de especialidades da saúde da mulher, na rede pública do SUS.

272 | O PSB defende políticas para a valorização do trabalho de assistência e doméstico não remunerado, exercido historicamente por meninas e mulheres, que visem ampliar a disponibilização de serviços públicos, melhorar a infraestrutura e as políticas de proteção social.

273 | O PSB defende, além de igualdade salarial, a qualificação profissional nas áreas tecnológicas, e a criação de programas de emprego e renda com políticas de fomento ao empreendedorismo, para mulheres.

274 | O PSB repudia qualquer forma de violência contra meninas e mulheres e se compromete a lutar pela ampliação e fortalecimento das políticas públicas para a prevenção e o enfrentamento à violência de gênero, através de redes articuladas por municípios, regiões e estados.

275 | O PSB se compromete a desenvolver ações educativas para combate à cultura patriarcal e a todas as formas de violência: machistas, misóginas, racistas e LGBTfóbicas, em todas as esferas da sociedade.

276 | O PSB reconhece a necessidade das políticas afirmativas e bandeiras de lutas feministas, como a garantia do aborto legal, assegurado pelo SUS, avançando para a sua descriminalização de forma ampla.

277 | Para garantir a autonomia das mulheres é preciso lutar pelos direitos sociais previstos na Constituição. Neste sentido, o PSB defende

as creches públicas e outras políticas que contribuam para a autonomia das mulheres, como instrumento de emancipação política, econômica e financeira.

278 | O PSB defende políticas e legislação voltadas à paridade de gênero, em todos os espaços de poder da sociedade, sejam públicos ou privados, nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

279 | Os socialistas defendem a criação e implementação de programas de capacitação e formação política para mulheres, em suas comunidades, sob responsabilidade de movimentos sociais, partidos políticos e Estado, com vistas à ampliação e fortalecimento de sua presença nos espaços de poder e de decisão.

280 | Para superar a sub-representação das mulheres nos espaços de poder e de decisão, o PSB considera primordial a promoção de ações na cultura e socialização política do País, nas famílias, escolas, instituições estatais e nos partidos políticos.

281 | O PSB aspira por igualdade de gênero na representação política do Poder Legislativo e defende também que seja extensiva aos Poderes Executivo e Judiciário. O PSB deve exigir a criação de mecanismos regulatórios e a fiscalização do TSE para dar efetividade à legislação vigente (*Tese nova*).

282 | O PSB tem como objetivo alcançar a paridade da representação feminina na composição dos Diretórios e Executivas Municipais, Estaduais, Distrital e Nacional, com o compromisso de estabelecer metas e apresentar dados para controle público.

283 | As gestões socialistas devem criar organismos de política de gênero, criando e/ou fortalecendo mecanismos legais de controle e participação social e reservando fundos para implantar equipamentos de enfrentamento à violência de gênero.

| Emancipação e Empoderamento da População Negra



284 | O PSB compreende que a luta antirracista está indissolavelmente ligada a uma estratégia civilizatória de igualdade social pela qual o Partido luta.

285 | O Brasil é o primeiro país em população afrodescendente fora do continente africano. De acordo com o IBGE, 54% dos brasileiros são negros ou pardos. Essa população tem sofrido com a violência advinda de estereótipos raciais, sendo, segundo dados do Mapa da Violência de 2019, 75% das vítimas de homicídio, e, segundo o InfoPen, mais de 63% da população carcerária, desde 2017. A esses fatores, se somam a falta de representatividade nos espaços de poder, alta taxa de evasão escolar, dificuldade de acesso e permanência no ensino superior e renda per capita inferior à renda de pessoas brancas.

286 | A disparidade social, advinda das problemáticas causadas pelo racismo estrutural, enseja a luta do movimento negro pela sobrevivência e igualdade social e material das pessoas pretas e pardas no Brasil, luta reconhecida e defendida pelo PSB.

287 | O PSB defende a necessidade do aumento da representação das negras e dos negros nos poderes executivo, legislativo e judiciário, e, nos demais espaços de poder, o que permitirá superar a afirmação meramente casual e se converter em ações concretas.

288 | Ao fazer um recorte de gênero e raça, na estrutura do sistema tributário vigente, percebe-se que, proporcionalmente à renda, são as mulheres negras pobres que mais pagam impostos e as que recebem os menores salários.

289 | O PSB é solidário e copartícipe, - através de suas instâncias partidárias, e que têm na Negritude Socialista seu principal porta-voz -, das demandas dos movimentos negros, que não se restringem à questão racial, mas também se relacionam com problemas sociais, econômicos e culturais que incidem sobre a população negra.

290 | As nuances do racismo institucional precisam estar inseridas na lei de criminalização da discriminação racial, para que o crime de racismo, tipificado no art. 5º da CF, tenha eficácia nos casos concretos.

291 | O PSB afirma seu compromisso com políticas públicas de acompanhamento social, apoio à alimentação, moradia, acesso a livros e transporte, como forma de garantir a permanência da população negra nas instituições de ensino.

292 | O PSB entende que é necessária a efetiva aplicação das leis de reparação histórica, como a lei 11.645/08, que determina o ensino da história afro-brasileira nas escolas, o decreto que regulamenta o reconhecimento e a demarcação de terras ocupadas por descendentes de quilombolas, e a proibição de diferenças de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de raça.

293 | O PSB refuta a lógica racista utilizada pelo sistema de segurança pública brasileiro, que centraliza nas favelas e periferias toda a responsabilidade pela violência, a fim de legitimar o genocídio da população negra, sem resolver a problemática da crescente violência social. Ainda, neste sentido, defende o fim dos autos de resistência.

294 | O PSB defende que o recorte racial também seja realizado nas políticas educacionais, em consonância com a política de cotas, para garantir que a população preta e parda não seja destinada a subempregos. Somando a esse objetivo, a regulamentação trabalhista e a fortificação de suas leis de proteção, como a Lei Complementar 150, que regula o emprego doméstico. Defende, ainda, a eliminação do trabalho infantil e do trabalho análogo à escravidão.

295 | A liberdade religiosa é defendida pelo PSB como base da garantia do direito juridicamente instituído da livre prática dos cultos religiosos, em destaque das religiões de matriz africana. Defendemos também, nesse sentido, a criminalização da intolerância religiosa.



| Idosos, uma Nova Realidade

296 | Considerando-se que, até 2030, o Brasil será um “País idoso”, quando a população acima de 60 anos superará a de 15 anos, e que as desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira se refletem mais severamente entre essa população de idosos, o PSB propõe a construção de políticas públicas orientadas para a superação das debilidades históricas da rede de proteção e de acolhimento a esses idosos.

297 | Ressalte-se que existem instrumentos importantes para a implementação de programas e políticas públicas para o idoso, como os Conselhos e Fundos (nacional, estaduais e municipais), que devem ser estimulados e multiplicados por todo o Brasil.

298 | O PSB propugna uma agenda de políticas públicas, que são necessárias à manutenção e ampliação de programas de apoio à saúde, como o fornecimento gratuito ou subsidiado de remédios para doenças crônico-degenerativas e a ampliação dos espaços de atendimento geriátrico no SUS.

299 | O PSB defende o aumento dos investimentos em pesquisas médicas, odontológicas e psicológicas, para superação de enfermidades físicas, neurológicas e mentais, características da velhice, por exemplo, por meio de abertura de editais nos órgãos de fomento específicos para essas áreas.

300 | O PSB recusa a ideia de que a velhice seja um ciclo da vida de abandono, desocupação e esquecimento. A qualificação digital é uma das ações que pode evitar e eliminar a exclusão, e deve constar dos programas para a senescência.



301 | Os socialistas defendem políticas públicas de acolhimento e reeducação, que garantam à população idosa anos tranquilos de vida com suas famílias, ou, alternativamente, em ambientes sociais que respeitem suas limitações e lhes garantam conforto e saúde. Opções como casas de apoio ou condomínios de idosos, sob responsabilidade do Estado, com plena acessibilidade, devem ser concretizados.

302 | É importante, ainda, garantir aos idosos uma renda justa, que possa lhes propiciar o acesso a bens disponibilizados à sociedade, possibilitando-lhes uma vida ativa e feliz, com acesso à cultura, às artes e a outras atividades que lhes assegurem uma vida decente e plena.

| Direito à Juventude Plena



303 | O PSB, baseado inclusive em sua própria experiência, defende a ampliação de espaços na política para atuação da juventude, nos partidos e fora deles e nos movimentos sociais.

304 | O PSB compromete-se a definir estratégias específicas para estimular a participação de jovens na política, que inclua a formação de quadros e a relação do Partido com as organizações juvenis e estudantis.

305 | Enquanto as crianças e adolescentes representam cerca de 33% da população brasileira, entre os mais pobres este patamar é maior. Um recorte, pela pobreza, cruzado com a idade, revela que a população mais pobre tem um contingente ainda maior de crianças e adolescentes (40,2%); por isso, também, o PSB defende o fortalecimento das políticas públicas articuladas com o objetivo de proteger e promover os direitos das crianças, adolescentes e jovens.

306 | Os jovens brasileiros, na sua maioria, são levados a entrar no mercado de trabalho pela via da informalidade ou de forma precarizada. Além disso, a reforma trabalhista e a reforma previdenciária, realizadas nos governos Temer e Bolsonaro, agravaram as perspectivas de direitos. O PSB defende a revisão das reformas trabalhista e previdenciária, com a estruturação de políticas públicas de inserção da juventude no mercado de trabalho.

307 | É necessário rever a reforma do ensino médio, que tornou o

ensino demasiadamente tecnicista, bem como manter-se firme contra projetos de militarização do ensino e de projetos como o “escola sem partido”, reafirmando o apoio à escola em tempo integral.

308 | Desenvolvimento de políticas públicas que garantam a universalização do acesso ao Ensino Médio e Superior, e o estabelecimento de cotas afirmativas como política de incentivo à não evasão.

309 | Quanto aos espaços de desenvolvimento da vida juvenil, é preciso garantir o direito à permanência da juventude rural no campo, daqueles jovens que assim desejarem, com programas de reforma agrária, de desenvolvimento de instrumentos de economia, garantidores dessa permanência, de acesso à saúde, à segurança e à educação, para uma vida digna.

310 | No aspecto urbano, ao se analisar a distribuição populacional, é preciso ter especial atenção às juventudes periféricas (pretas e pobres), para assegurar a presença e o acesso do Estado nessas regiões, garantindo moradia digna, emprego, renda, educação, mobilidade e segurança para essa população juvenil.

311 | O PSB defende o apoio a políticas que possibilitem ao jovem a aquisição de renda, por meio de iniciativas como o empreendedorismo jovem, em especial, nas novas áreas surgidas com o desenvolvimento da sociedade do conhecimento, e, em particular, para a juventude das periferias urbanas, onde predomina a juventude negra.

312 | É necessário garantir às populações jovens o acesso à justiça, bem como uma abordagem policial que não resulte na eliminação física dos jovens, sobretudo nas periferias brasileiras, decorrente da prática comum e descontrolada das justificativas expressas nos “autos de resistência”.

313 | O PSB defende a necessidade de construir alternativas às políticas de segurança pública vigentes, que são baseadas fundamentalmente na repressão e no preconceito, que penalizam fortemente as populações jovens periféricas e negras, tendo como resultado a negação do simples direito à própria vida.

314 | Ainda, é necessário atualizar a política de drogas, de modo a integrá-la a outras políticas sociais, especialmente com as da saúde.

315 | O PSB defende a necessidade de ampliação e universalização do acesso às políticas públicas de esporte, cultura e lazer.

316 | É preciso reforçar, no mínimo, os direitos ao aborto, assegurados em lei às jovens cuja gravidez foi decorrente de situações de imposição, como é o caso do estupro.

317 | O PSB defende a necessidade da formulação e adoção de políticas públicas sobre os direitos sexuais e reprodutivos dos jovens, nas idades adequadas.

| Por uma Reforma Agrária Que se Conecte ao Brasil do Futuro



318 | A reforma agrária, presente na história da imensa maioria dos países capitalistas, ainda está, em sentido estrito, por se realizar no Brasil.

319 | A reforma agrária deve atender a uma demanda emergencial de famílias pobres e envolvidas em conflitos fundiários e servir de vetor de desenvolvimento, em especial, nas regiões do Brasil interiorano, que apresentam baixo dinamismo. Também deve estimular novas formas de uso dos recursos naturais, por meio da regularização fundiária e de políticas de valorização dos produtos da biodiversidade, com a promoção do uso de novas fontes de energia.



320 | A reforma agrária, como parte da política fundiária, deve se constituir em um instrumento para o uso sustentável dos recursos naturais, sobretudo naquelas regiões onde há maior fragilidade ambiental.

321 | O PSB advoga a tese de que uma política de reforma agrária não deve apoiar-se na mera e simples distribuição de terras – embora isso seja um elemento fundamental - e na dotação de infraestrutura, mas, em pelo menos três modalidades de política fundiária, associadas às demais políticas do governo federal (acesso a mercados, conservação do meio ambiente e investimentos em ciência e tecnologia), convertendo-se em uma política de desenvolvimento e ordenamento territorial.

322 | O PSB defende a proposta de adoção de um marco legal para a reforma agrária: o Estatuto do Brasil Rural. Concebido a partir de amplo e democrático pacto socioambiental, deve estabelecer diretrizes e metas de médio e longo prazos acerca de um conjunto de indicadores sociais e ambientais, que permitam concretizar um cenário desejado para o Brasil rural, no intervalo de uma geração, garantindo as peculiaridades de regiões e municípios brasileiros.

| O Direito à Cidade e a Reforma Urbana



323 | No âmbito do direito à cidade, é necessária a elaboração de um conjunto de diretrizes para enfrentar a lógica e os interesses do capital, quando esses se sobrepõem aos interesses públicos. O PSB propõe uma política urbana criativa, em conformidade com os preceitos da Constituição de 1988, fundamental nos marcos de um projeto civilizatório, como o que o PSB propõe ao Brasil.

324 | Essas diretrizes devem se voltar, em primeiro lugar, para alterar a realidade dos pobres e dos excluídos, em particular a população negra, que foram empurrados para as periferias, em habitações precárias ou subnormais - característica de grande parte das periferias das cidades brasileiras, onde falta tudo: água, coleta de esgoto e de lixo, cultura e lazer, segurança pública, saúde e educação.

325 | As diretrizes propostas pelo PSB devem corrigir o modelo seguido pelos governos sociais-democratas, a partir de 1995, incluindo Lula e Dilma, que se caracterizaram pelo modelo de inclusão social, pelo consumo. Os projetos foram desenhados para acolher demandas sociais relevantes, como acesso à moradia, por meio de subsídios ao setor privado, reiterando o valor privado da terra e dos imóveis, o poder da indústria automobilística, a matriz rodoviária e o uso de energias fósseis.

326 | O PSB defende que é necessário ainda aproximar a reforma urbana da agenda da sustentabilidade. A cidade sustentável deve operar de forma equilibrada e eficiente os recursos necessários para o seu funcionamento, seja nos insumos de entrada (terra urbana, recursos naturais, água, energia e alimento), seja nos recursos de saída (resíduos, esgoto e poluição), para alcançar os objetivos da sociedade urbana, de forma igualitária e saudável.

327 | A sustentabilidade urbana deve se preocupar em minimizar os impactos das atividades e processos das cidades, no ambiente natural, cuidando para que as atividades humanas não comprometam os ecossistemas ligados às cidades, afetando a oferta de recursos naturais.

328 | É importante quebrar a dinâmica da espoliação urbana, da qual uma das principais causas é a especulação imobiliária, que encarece a terra e a moradia, levando à segregação residencial dos mais pobres.

329 | É preciso garantir a função social da propriedade, por meio da sobretaxa de grandes propriedades privadas, imóveis abandonados ou especulativos, além de obrigar a urbanização de terrenos ociosos.

330 | Para frear o crescimento desordenado das cidades, se faz necessário proibir aprovações de loteamento habitacionais, sobretudo aqueles localizados em zonas afastadas dos grandes centros urbanos e sem infraestrutura.

331 | Para que uma Reforma Urbana possa de fato ser implementada, é necessária uma revolução criativa na articulação dos atores sociais, em que emerge o papel da liderança política, para que os interesses e direitos da maioria empobrecida das periferias das cidades prevaleçam sobre o do capital, principalmente os do capital imobiliário (Poder Público).

332 | É nos territórios urbanos onde se materializam, se reproduzem e se perpetuam inúmeras desigualdades, como espelho de um modelo de capitalismo. Por isso, o PSB defende a garantia de acesso e permanência a todos

os direitos humanos, como uma premissa básica. O direito à cidade é uma haste do guarda-chuva dos direitos humanos. Uma cidade socialista, criativa e acolhedora deve garantir o acesso a todos os serviços urbanos e a permanência neles.

333 | É fundamental assegurar também que o acesso e a permanência aos serviços de saúde, educação e assistência social, sejam ofertados de forma a permitir que as cidades se constituam em um território de paz, capaz de acolher a todos em suas diversidades, gerando um ambiente de tolerância e fraternidade, uma comunidade justa e solidária.

334 | O direito à mobilidade urbana, inclusive no que diz respeito à acessibilidade, constitui outro desafio prioritário na agenda das políticas públicas. O PSB entende que os espaços das vias públicas devem ser destinados com ênfase para o transporte público. Defende a inversão de prioridade quanto aos usos de tráfego.

335 | A política industrial também deverá estar alinhada com essa proposta e realizar esforços no sentido de apoiar o desenvolvimento da indústria brasileira, atendendo prioritariamente à demanda dos projetos de transporte de massa.

336 | O enfrentamento dos problemas de saúde requer a adoção de políticas públicas que obriguem que todos os novos veículos dos modais de transporte de massa, a serem criados, ao entrarem em operação estejam obrigados ao uso de combustíveis não poluentes.

337 | Os limites dos municípios de uma Região Metropolitana não podem e não devem ser os limites para o planejamento, a construção da infraestrutura e a prestação dos serviços. É preciso conceber instituições que tenham capacidade de gestão, com a participação obrigatória do Estado e de todos os municípios que integram essas regiões.

338 | O PSB entende que a definição do conceito de função social da propriedade é um tema a ser constitucionalizado, mediante adoção de parâmetros básicos, e que todos os municípios brasileiros seriam obrigados a colocar em prática.

339 | A função social da propriedade é um conceito jurídico, que não elimina o direito à propriedade privada e tão pouco faz com que se perca o caráter individual de liberdade de adquirir e vender, segundo regras capitalistas. Entretanto, o mesmo deve ser subordinado aos interesses coletivos.

| Cidades Criativas

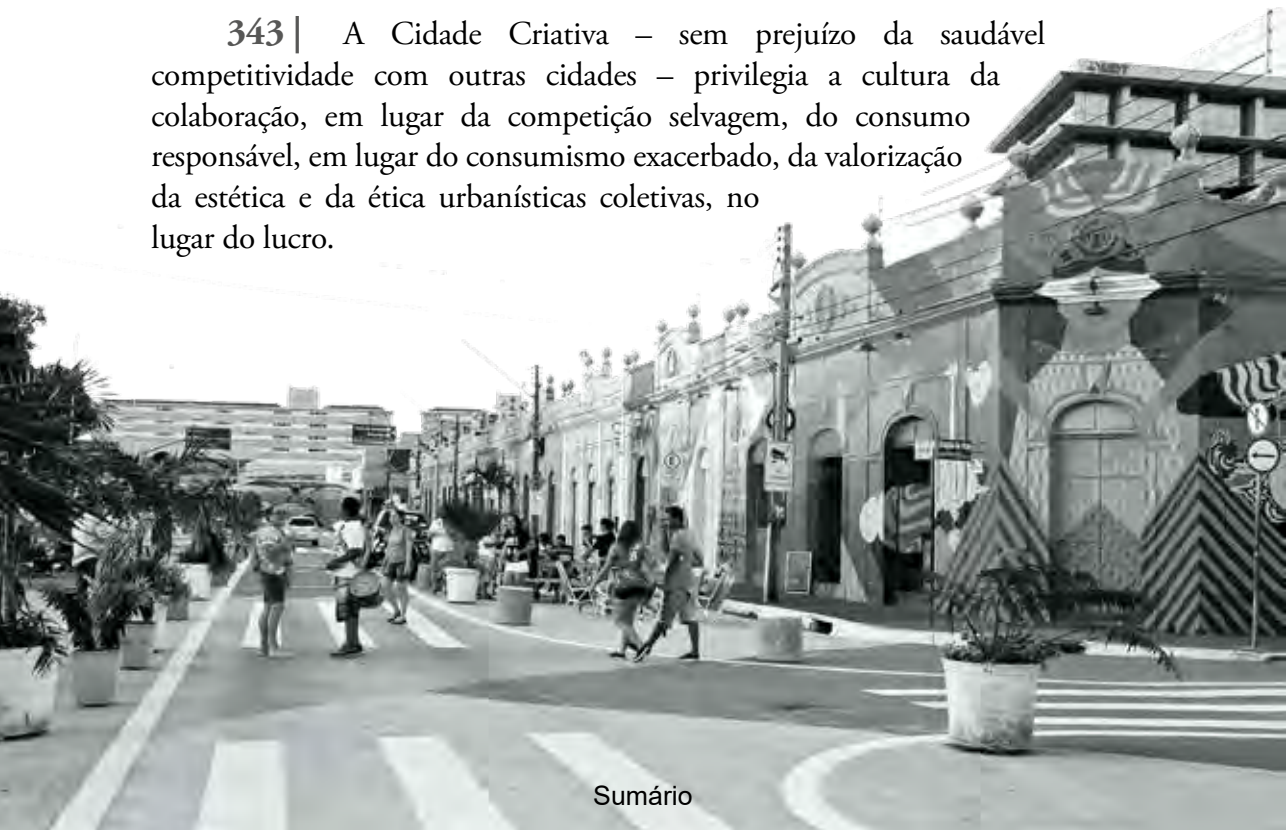


340 | O direito à cidade precisa ser traduzido em planejamento que conduza a uma reforma urbana criativa, sustentável e igualitária, na era do conhecimento. Nesse sentido, é atualíssima a definição de Celso Furtado para quem “o desenvolvimento é a capacidade de criar soluções originais para os problemas de uma sociedade”.

341 | Os socialistas defendem que, no Brasil, o primeiro desafio de uma cidade criativa é enfrentar a brutal desigualdade social. Assim, uma cidade criativa não é necessariamente aquela onde predominam as atividades da Economia Criativa, mas a que é capaz de buscar, através da inovação, da criatividade e do talento, as soluções para sua prosperidade econômica, a sua coesão social e o bem-estar dos seus cidadãos.

342 | A cidade criativa une os interesses particulares aos interesses coletivos, o local ao global e o privado ao público, em torno de um sonho coletivo vinculado às suas vocações. O conceito geral parte dos elementos da Economia Criativa – cultura, tecnologia, inovação, *design*, arquitetura, urbanismo, artesanato, patrimônio histórico, publicidade, moda, gastronomia, turismo.

343 | A Cidade Criativa – sem prejuízo da saudável competitividade com outras cidades – privilegia a cultura da colaboração, em lugar da competição selvagem, do consumo responsável, em lugar do consumismo exacerbado, da valorização da estética e da ética urbanísticas coletivas, no lugar do lucro.



344 | O PSB propugna que é preciso assegurar a ampla mobilização criativa dos talentos de trabalhadores, artistas, intelectuais, cientistas, empresários e empreendedores coletivos e individuais, em estruturas capazes de garantir soluções criativas para a economia e para a vida social dos municípios.

345 | O PSB propõe um modelo de gestão democrática para as cidades criativas, que tenha como base a criação de um Fórum público-privado, conectado a comitês de gestão interdisciplinares. A criação, ainda, de Observatórios Municipais, proporcionará à administração municipal, e ao fórum antes referido, inteligência estratégica, com informação atualizada, diagnósticos, formulação de projetos, propostas e parâmetros para monitoramento das políticas públicas.

346 | Coincidindo com a criação das estruturas institucionais, é preciso que a cidade descubra a si mesma realizando um levantamento de recursos humanos, culturais, naturais e tecnológicos, que devem resultar num mapa de talentos. Este mapa, em grande parte, vai corresponder a uma definição mais precisa das principais vocações da cidade, induzindo à organização de Clusters ou de Arranjos Produtivos Locais.

347 | Articulando a cultura, a tecnologia e a mobilização democrática, uma cidade criativa inova também os modelos de organização econômica, social e política e recupera áreas degradadas, com a criação de Distritos Criativos, onde se desenvolvem atividades que vão do artesanato à criação de *softwares*.

348 | As atividades da Economia Criativa têm menor impacto ambiental. Também propiciam menor produção de resíduos sólidos e maior utilização de energias renováveis, constituindo-se em fatores de competitividade nacional e global e se convertendo em verdadeiros ativos turísticos e culturais das Cidades Criativas.

349 | Uma cidade criativa também inova na mobilidade urbana, combinando transportes públicos coletivos e individuais e transformando estações de transbordo em áreas de atividade econômica.

350 | A cidade criativa investe pesadamente em educação fundamental e contribui significativamente para a qualificação profissional.

351 | A cidade criativa estabelece estímulos tributários e até isenções para setores e atividades criativas, sejam elas culturais ou tecnológicas.

352 | O poder de compra das prefeituras deve ser utilizado para estimular a produção local, principalmente de micro, pequenas e médias empresas, localizadas na cidade ou na região.

353 | E como as cidades não são ilhas isoladas, mas parte de arquipélagos regionais ou metropolitanos, a formação de consórcios criativos deve ser pensada como forma de fortalecer as economias criativas locais, o turismo, o saneamento e o manejo de resíduos sólidos.

| Cidades Criativas e Pandemia



354 | A pandemia do Coronavírus, em 2020 e 2021, revelou tanto a profundidade das desigualdades sociais, raciais e econômicas, como o papel imprescindível do Estado nas suas dimensões nacional, estadual e municipal, desmentindo cabalmente o pensamento neoliberal quanto à política do Estado Mínimo.

355 | Os produtos e serviços da Economia Criativa ganharam importância ainda maior com as exigências do isolamento social. A comunicação digital, as redes sociais, a internet, o e-commerce e os serviços de entrega, solicitados por *WhatsApp*, resolveram antigos problemas e criaram novos.

356 | As tecnologias relacionadas à saúde, às pesquisas em ciência, aos *big datas*, aos sistemas de pagamento e transferências financeiras e as alternativas sociais e econômicas, desde as pequenas indústrias de alimentos e serviços pessoais, até o artesanato, todas ligadas à Economia Criativa, também foram reconhecidas como essenciais.

357 | Por sua vez, o poder local foi extremamente valorizado e as prefeituras ganharam enorme importância, mesmo na defeituosa organização federativa do Brasil.

358 | A pandemia do coronavírus constituiu-se em um grande acelerador da criatividade e dos valores socialistas, nas cidades brasileiras, marcadas por brutal desigualdade. A solidariedade, a importância do meio ambiente, os sentimentos antirracistas e a igualdade de gênero e raça tiveram sua relevância extremamente realçada.

| Cultura, Desenvolvimento e Criatividade



359 | A cultura, em suas três grandes dimensões – a simbólica, a cidadã e a econômica -, é fundamental para a definição de um verdadeiro Projeto Nacional de Desenvolvimento para o Brasil.

360 | Segundo Celso Furtado, esse projeto tem que ser formulado a partir do “reencontro com o gênio criativo da nossa cultura e como realização das potencialidades humanas” e, ainda, “o objetivo último de uma política cultural deve ser fortalecer todas as formas criativas da sociedade”. A cultura permite, portanto, pensar o desenvolvimento dando nitidez ao sonho.

361 | Para o PSB, na era do conhecimento, em que as novas tecnologias de informação e comunicação tendem a disseminar em escala global as manifestações artístico-culturais e políticas, é preciso reforçar os fatores que configuram a cultura brasileira e a identidade nacional. Identidade que não é estática, monocromática ou exclusivamente nacional, ou local.

362 | O traço intelectual e criativo brasileiro mais distintivo é a diversidade cultural e sua plasticidade na resistência às pressões homogeneizadoras. A diversidade seria, assim, o princípio organizador da identidade cultural brasileira.

363 | O PSB defende que as riquezas cultural, literária e artística, sejam transferidas para o design nacional, para os games, para os *softwares* brasileiros. Enfim, é preciso marcar a cultura tecnológica com as digitais da diversidade cultural do País.

364 | Assim, o conjunto da Economia Criativa, que vai além da produção simbólica, teria uma marca cultural brasileira. E a cultura brasileira, na sua dimensão econômica, se utilizaria mais dos recursos tecnológicos e dos circuitos mercadológicos (produção, distribuição e comercialização) da Economia Criativa.

| Políticas Culturais



365 | No século XIX, surgem, no Brasil, as primeiras ações na área cultural, voltadas para a população, com a criação de escolas públicas, bibliotecas e gráficas para imprimir as produções oficiais e também as literárias. Essas foram as primeiras políticas culturais.

366 | Com os avanços tecnológicos na reprodução de textos, imagens e sons, são criadas as condições para o desenvolvimento de um mercado de bens e serviços culturais de proporções crescentes. E assim, historicamente, vai-se da “mercantilização da cultura para a fase mais recente da culturalização das mercadorias”: móveis, aviões, automóveis e vestuários, desenhados a partir de uma vertente cultural.

367 | Embora integre a Economia Criativa, da qual é o eixo central, a cultura tem uma dimensão própria no terreno do simbólico, que vai além de qualquer variante econômica. Assim, o PSB defende que se respeite e valorize o terreno cultural específico das produções artísticas e literárias, que, necessariamente, não se transformam em mercadorias.



368 | O PSB apoia firmemente a definição na Constituição de 1988, em seu artigo 215, que estabelece que o “Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

369 | A cultura na educação é também um aspecto fundamental, não apenas para assegurar a compreensibilidade dos elementos culturais que compõem a história, como também para garantir o acesso à cultura digital, que caracteriza o século XXI.

370 | A educação precisaria, principalmente no Ensino Fundamental, ser capaz de comunicar a diversidade cultural, a transdisciplinaridade, o juízo crítico e a criatividade libertária. Uma educação moderna, diversificada, e transdisciplinar, formará também os profissionais criativos necessários à nova economia do conhecimento.

371 | Para que a produção cultural possa se transformar em um modo de vida, e mesmo numa profissão, é preciso que o Estado assegure a todas as pessoas - mas especialmente às camadas populares - os meios materiais, institucionais e econômicos, através de atividades individuais ou coletivas.

372 | Nos espaços da diversidade cultural é que surge a oportunidade de se opor a uma cultura homogênea global. Nesses espaços, ainda, é que estão colocadas as chances de uma economia da cultura brasileira.

373 | O Estado precisa estimular os talentos individuais e coletivos, financiando, sem burocracia e com os riscos naturais, os coletivos culturais, as *startups*, os inventores individuais, os profissionais criativos, em todas os setores da economia e da cultura.

374 | Estimular *joint ventures*, associações e empresas nacionais com grandes investimentos nas indústrias criativas, de modo a torná-las competitivas nacional e internacionalmente - áreas da música, cinema, dança, teatro e *games*, com *design nacional*.

375 | A cultura brasileira precisa de dados confiáveis, que deem suporte a um planejamento eficiente, e, para isso, é fundamental que o IBGE produza uma “Conta Satélite da Cultura” (contabilização “em separado” dos valores econômicos que as atividades desta cadeia produtiva geram, mesmo que eles já estejam somados ao PIB nacional), atualizada anualmente.

Eixo Temático V

Socialismo Criativo, Democracia e o Partido que Queremos



O Eixo Temático V – Socialismo Criativo, Democracia e o Partido que Queremos - é integrado pelos temas: Socialismo Criativo, Socialismo Criativo e Democracia, Igualdade, Liberdade e Felicidade, Pluralidade, Movimentos Sociais e o Partido, Um Partido Laico e Acolhedor, O Partido e a Comunicação em Rede e a Autorreforma e o Partido que Queremos.

O eixo tem como objetivo organizar propostas orientadoras para o reordenamento do PSB, de forma a apresentar para a sociedade brasileira um partido capaz de responder aos desafios para as novas emergências do século XXI.

| Socialismo Criativo

376 | O conceito de socialismo criativo corresponde às profundas mudanças disruptivas ocorridas no desenvolvimento das forças produtivas, a partir da revolução tecnológica que acelerou radicalmente os ciclos de inovação.

377 | A geração de valor das mercadorias e a formação de capital, antes determinadas pelos bens de investimento em capital fixo, estão sendo substituídas pelos investimentos em inovação e criatividade.

378 | Nos últimos cem anos, o capitalismo demonstrou sua criatividade desenvolvendo produtos de valor universal, exportando cultura e até mesmo modos de vida. O socialismo, supostamente seu sucedâneo histórico, precisará demonstrar um potencial criativo pelo menos igual. O capitalismo moderno, sem dúvida criativo, só será efetivamente superado por um Socialismo Criativo.

379 | O Socialismo Criativo não inclui apenas a Economia Criativa, mas a inovação no seu sentido mais amplo, a sustentabilidade ambiental e o empreendedorismo, como uma das novas formas de organização do trabalho, e as novas formas e metodologias de organização social e política.

380 | Se a criatividade capitalista tem como objetivo principal a ampliação do mercado e lucro, a criatividade socialista deve ter como objetivos a ampliação, na sociedade, dos espaços de liberdade, o atendimento das necessidades básicas e fundamentais, o bem-estar e a felicidade das pessoas.

381 | O capitalismo vê a evolução tecnológica apenas como forma de aumentar o consumo e seus lucros. Já a luta dos socialistas deverá levar em conta que é preciso repensar os padrões de consumo, a relação com o meio ambiente, e também recolocar e requalificar os trabalhadores, cujo ofício foi superado pelas novas formas de produção.

382 | O capitalismo tem, na força de inovação tecnológica e no desenvolvimento da Economia Criativa, um modo de se reproduzir e se perpetuar. O Socialismo Criativo tem, nessa mesma força, uma forma de alcançar uma sociedade em que o trabalho é libertado da exploração.

383 | O Socialismo Criativo deverá se constituir na dimensão humana do desenvolvimento das forças produtivas e da revolução tecnológica.

384 | O Socialismo Criativo, como um novo conceito, cujos aspectos teóricos e práticos devem ser discutidos e aprofundados no âmbito do PSB, pretende constituir-se em uma visão crítica da Economia Criativa, no que ela tem de concentradora de capital, monopolista e geradora de desigualdade.

385 | Os socialistas veem a Economia Criativa não apenas como o conjunto das atividades nas quais o conhecimento e o talento humano são as principais matérias-primas, mas também como estratégia de desenvolvimento, a orientar políticas públicas e apoiar a inovação tecnológica e a cultura, componentes básicos da referida economia, em sociedades ainda capitalistas e nas futuras sociedades socialistas.

386 | O Socialismo Criativo corresponde, também, a uma nova Economia do Projeto, que implica um forte planejamento e comporta as várias formas de propriedades públicas e privadas.

| Socialismo Criativo e Democracia



387 | A questão da convergência entre a liberdade e o socialismo está no DNA do PSB, que procurou, desde os seus fundamentos iniciais, abraçar a liberdade e a democracia como valores universais. No momento da sua fundação, em 1947, já revelava ousadia e criatividade, ao negar os dogmas autoritários à direita e à esquerda.

388 | Para o PSB, a democracia é uma premissa para alcançar o socialismo e seus fundamentos ético e humanista.

389 | O caminho para o socialismo, no Brasil, substitui a ruptura insurrecional por uma revolução pacífica, democrática e processual. Ou seja, um movimento político que articule a ampliação da democracia formal representativa com uma crescente participação direta da sociedade nos assuntos da República.

390 | Defender a democracia não pode ser um desafio restrito às esquerdas, mas deve encontrar nelas seus combatentes mais aguerridos.

391 | A reinvenção e o fortalecimento da política é a única via contra a barbárie ultraliberal e o individualismo.

| Igualdade, Liberdade e Felicidade



392 | A Felicidade Interna Bruta (FIB) - definida pela ONU, é baseada na premissa de que o objetivo principal de uma sociedade não deve ser somente o crescimento econômico, mas a integração do desenvolvimento material com o psicológico, o cultural, o espiritual e o ambiental - em harmonia com a Terra.

393 | Para os socialistas, a igualdade e o direito à felicidade devem ter como correlato a garantia de que, nas interações sociais todos sejam acolhidos, respeitados e valorizados em suas diferenças.

394 | A igualdade socialista deve preservar e valorizar a diversidade, sem expectativa de que ela se reduza, desapareça ou conduza a um padrão homogêneo.

395 | A igualdade socialista pressupõe que o Estado garanta a efetivação dos direitos de oportunidades e acesso universal aos cidadãos, preconizados pela Constituição de 1988.

396 | O socialismo democrático supera o conceito liberal de liberdade, pois incorpora o direito de resistir ao arbítrio exercido por poderes ilegítimos.

397 | Valoriza o direito de empreender livremente, de forma individual ou coletiva, e incorpora a perspectiva do direito à emancipação.

398 | A liberdade e a igualdade, perseguidas pelos socialistas, referem-se ao pressuposto omitido pelo pensamento político burguês, ou seja, a construção da fraternidade em suas bases estritamente terrenas.

399 | O socialismo criativo trata de reinventar criativamente a cidade, e a sociedade política, no acolhimento, na hospitalidade, no respeito recíproco, que unificam em uma causa todas as diferentes lutas libertárias.

| Pluralidade, Movimentos Sociais e o Partido

PSB40
QUERO
PARTICIPAR



400 | O PSB reconhece a importância fundamental de seus segmentos organizados, que devem representar as reivindicações da sociedade civil e expressar, no interior do Partido, a pluralidade e diversidade de que ela se compõe.



401 | As lutas libertárias de mulheres, negros, trabalhadores, LGBTs, jovens, idosos, pessoas com deficiência e movimentos populares devem ser compreendidas como uma das linhas prioritárias da atuação partidária, devendo o Partido ajudar a organizar suas bandeiras, respeitando sua autonomia e diversidade, sem perder de vista a visão geral do Brasil como uma potência criativa e sustentável.

402 | Em vez de partidarizar ou aparelhar os movimentos sociais, os socialistas devem buscar uma politização universalizante deles, superando a visão estritamente corporativista. Deve-se incorporar todas as suas manifestações no Projeto Nacional de Desenvolvimento.

| Um Partido Laico e Acolhedor



403 | O desafio de um partido laico - que tem no ideário socialista a base de suas concepções e ações - é dialogar com todas as correntes religiosas e os contingentes não religiosos, como os agnósticos e os ateus. Embora constata-se o recente crescimento do componente protestante, predominantemente pentecostal, continuam muito presentes, na sociedade brasileira, o catolicismo, as religiões de matriz africana e outras denominações religiosas.

404 | Embora cada vez mais a opção religiosa tenha sido fator importante na ação política, e, principalmente, na opção de voto dos eleitores, não cabe ao PSB empreender ações nas definições religiosas da população e sequer de seus militantes e aliados.

405 | O PSB deve defender que as pautas religiosas e as pautas políticas sejam distintas, apesar de suas interconexões.

406 | O caráter laico do PSB não se traduz em indiferença ou aversão às religiões e filosofias, mas, sim, no máximo aproveitamento dos valores de humanidade, generosidade e igualdade, presentes em todas elas.



| O Partido e a Comunicação em Rede

407 | A sociedade em rede é uma estrutura social montada sobre redes de tecnologia de comunicação e informação, fundamentadas na microeletrônica e nas redes digitais de computadores.

408 | A estrutura social de uma sociedade em rede resulta da interação entre o paradigma da nova tecnologia e a organização social no plano geral. As redes de comunicação digital são a coluna vertebral da sociedade em rede, tal como as redes de energia elétrica eram a infraestrutura sobre a qual a sociedade industrial foi erigida.

409 | Assim como a Era Industrial conviveu com o potencial destrutivo do ser humano no Holocausto Nazista, as maravilhas da sociedade pós-industrial e da revolução tecnológica convivem com o processo autodestrutivo do aquecimento global e com o ressurgimento de pandemias, em escala planetária.

410 | Os partidos, como redes políticas, precisam definir claramente os objetivos que os coesionam. No caso do PSB, é preciso decodificar em linguagem adequada aos meios digitais os princípios do socialismo brasileiro democrático e criativo, em termos acessíveis aos usuários.

411 | A complexidade das relações em rede cria a necessidade de aprender a trabalhar com sistemas de informação e com os aparatos tecnológicos, e a lidar com a informação como se apresenta hoje em ambientes digitais. Portanto, a cibermilitância deve fugir das armadilhas da visão de que a rede digital se basta.

412 | Compreendendo a importância das novas formas de comunicação, somente possível em razão do fortalecimento das chamadas redes sociais, o PSB insiste na necessidade do seu uso responsável e ético. Processos democráticos não admitem a produção de notícias falsas, as *fake news*.

| Separação entre Partido e Governo



413 | Na condução dos governos, os socialistas devem levar a cabo ações e programas que avancem na direção dos objetivos de longo prazo do Partido, de acordo com as circunstâncias e a situação política. Inclusive, porque um projeto de longo prazo, como o aqui proposto, não se efetivará integralmente no período de um mandato governamental.

414 | A clara separação entre governo e partido deve ser perseguida de forma ininterrupta e incansável.

415 | Ao Partido, como formulador de políticas, compete cobrar e fiscalizar o governo.

416 | Essa separação possibilita também um lugar destacado para a militância partidária, deixando claro que essa pode se dar sem necessariamente os militantes ocuparem cargos executivos ou legislativos.

| A Autorreforma e o Partido que Queremos



417 | Um movimento criativo, como o Processo de Autorreforma que o PSB realiza, implica a construção de uma estrutura partidária também criativa. Se necessitamos dar a nossa contribuição para uma hipotética reinvenção da política, é necessário que também reinventemos o nosso Partido.

418 | As ideias contidas na Autorreforma vão necessitar de um partido democraticamente mais participativo, ideologicamente mais fortalecido e politicamente mais unificado. São ideias criativas para um partido criativo.

419 | A diversidade de ideias e a pluralidade de visões terão sempre, no PSB, os mais amplos espaços de debate, sem que isso prejudique a unidade política necessária para que o Partido cumpra os seus compromissos com a sociedade.

420 | A unidade política será dada a partir dos princípios gerais e os valores a que todos os militantes aderem ao ingressar no PSB.

421 | O Partido reconhece a “influência exercida sobre o movimento socialista pelos grandes teóricos e doutrinadores que contribuíram eficazmente para despertar no operariado uma consciência política necessária ao progresso social”, conforme o texto do seu Programa de 1947.

422 | O PSB considera-se herdeiro das melhores tradições teóricas, socialistas e democráticas, avesso a dogmatismos e consciente da necessidade de se modernizar permanentemente.

423 | Para inovar-se, criativamente, o PSB precisa criar mecanismos que assegurem à sua militância o exercício de sua verdadeira soberania.

424 | Fortalecer sua democracia interna, por meios digitais e presenciais, assegurando aos militantes a certeza de seu poder de decisão sobre as questões fundamentais para o Partido. Estabelecer uma plataforma digital para que as direções, municipais, estaduais e nacional, consultem os filiados sobre questões importantes e polêmicas, em caráter consultivo ou deliberativo, a critério de cada instância.

425 | Para os socialistas, além de imoral, a corrupção tem dimensões ética social, econômica e política. Eticamente, a corrupção significa retirar dos mais pobres os direitos à saúde, à educação e aos serviços do Estado.

426 | Economicamente, a corrupção constitui-se numa super mais-valia, extraída do conjunto da sociedade em geral, e dos assalariados em particular, pois além da taxa de exploração do trabalho pelo capital, a corrupção retira dos trabalhadores uma parte do que eles pagam de impostos para que o governo construa hospitais, escolas, estradas.

427 | A corrupção significa também um acréscimo artificial ao excedente econômico, pois as empresas aumentam o valor das mercadorias e serviços que vendem ao Estado, ampliando fraudulentamente seus lucros. E, por outro lado, permite também aos agentes públicos envolvidos, a formação de um capital sem os investimentos que caracterizam a acumulação tradicional - terra, máquinas, matéria-prima, capital de giro -, formando uma espécie de nova classe, uma burguesia dolosa.

428 | Politicamente, a corrupção corrói os sonhos políticos da juventude, macula a militância, transformando-a em atividade remunerada

com dinheiro sujo, e comprometendo a administração pública com a ideia de que a máquina pública só funciona quando lubrificada pela corrupção.

429 | Propiciar a elevação dos níveis cultural, intelectual, espiritual e ideológico da militância, por meio da leitura dos documentos básicos do Partido.

430 | A escolha de candidatos a cargos eletivos, em todas as esferas da Federação, deve ser orientada por critérios explícitos.

431 | Os valores partidários deverão estar contidos numa carta-compromisso do candidato para com o Partido, de modo a permitir que o PSB e seus militantes acompanhem o exercício do mandato e possam cobrar os compromissos estabelecidos na referida carta.

432 | Realizar cursos de formação política e profissional-administrativa com os candidatos, para que quando eleitos exerçam, com parâmetros e critérios administrativos, as atribuições pertinentes ao mandato.

433 | Valorizar o mecanismo de ouvidoria, com o objetivo de assegurar ao filiado de qualquer lugar do País que apresente críticas, sugestões ou denúncias, as quais serão recebidas e analisadas, e deverão ser apuradas pelo Diretório Nacional.



434 | Reorganizar as estruturas de base do Partido, por meio de núcleos de base ou células vivas, não apenas por local de moradia, mas também por local de trabalho, atividade profissional, atividade cultural, religiosa, e por setor (saúde, educação, segurança, entre outros).

435 | Priorizar a formação de militantes, especialmente da juventude, com a oferta de cursos, seminários, educação a distância e material educativo, com os recursos da Fundação João Mangabeira e do Diretório Nacional.

436 | Restabelecer a contribuição financeira obrigatória, pessoal e intransferível, visando não só a manutenção do Partido, mas também a sensação de poder e pertencimento de cada militante.

437 | Estabelecer um clima democrático para os debates de ideias, estimulando a prática sistemática da crítica e da autocrítica.

438 | Estimular as relações ética e solidária, dentro de uma cultura de tolerância, para fortalecer a noção de companheirismo, fraternidade e a sensação de pertencimento ao Partido.

439 | O Partido deve se envolver e liderar iniciativas solidárias e criativas, no campo da economia, como os coletivos culturais e tecnológicos, cooperativas de microcrédito, cooperativas de trabalho e autogestão de trabalhadores.

440 | As direções partidárias municipais, estaduais e nacional devem se expressar publicamente sobre os fatos relevantes do Brasil, e do mundo, com o objetivo de orientar a militância, fazendo com que ela se sinta representada.

441 | Enquanto perdurar o presidencialismo, o PSB deverá fazer todo o possível para lançar candidaturas à Presidência da República, que sejam capazes de vocalizar os principais pontos do programa partidário.

442 | O PSB propõe a adoção do método de luta política conhecido como Não Violência Ativa. Esse método, que nada tem a ver com passividade, ao contrário, foi de grande eficácia na libertação da Índia, com Mahatma Gandhi, no fim do *apartheid* na África do Sul, com Nelson Mandela, e na luta antirracista nos EUA, com Martin Luther King. Traduz-se em mobilizações populares, pressão democrática e ações das organizações e dos movimentos da sociedade civil e, no caso do PSB, na luta pelo Socialismo Criativo.

Lista dos Participantes da Conferência Nacional da Autorreforma

*Conferência realizada nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2019,
na cidade do Rio de Janeiro (RJ).*

1. Acilino José Ribeiro de Almeida
2. Adalberto Souza Galvão (Bebeto)
3. Adenor Luiz Simões Coelho
4. Adilson Gomes da Silva
5. Adineide Lima de Souza
6. Adir Cardoso Gentil
7. Adriana Silva
8. Adriano Zucolotto Martins
9. Agamenon Ferreira da Silva
10. Alan Kardec Martins Barbiero
11. Alba Lygia Araújo de Oliveira
12. Alberto Farias Gavini Filho
13. Alcenir Maria da Cruz Rocha
14. Alessandro Lucciola Molon
15. Alex Sandro Nazaré
16. Alexandre Dias Barbosa
17. Alexandre Navarro Garcia
18. Alfredo Pereira de Figueiredo Júnior
19. Aliel Machado Bark
20. Almezinda Moreno de Moura
21. Aluízio Cometki São José
22. Álvaro Cabral
23. Amanda Araujo Rodrigues

24. Amaro Jorge da Silva
25. Amélia Lima Rosa
26. Ana Callou Matos
27. Ana Yasmim Camargo
28. Analucia Viana Cabral
29. Anderson Filipi Maia de Menezes
30. André Alves
31. Andre Ancelmo Araujo
32. André Avelino da Silva
33. Ângelo Rafael Ferreira dos Santos
34. Anselmo Piovesan
35. Antonieta Mónica Xavier Yelpe
36. Antonio Carlos dos Santos Junior
37. Antonio Carlos Valadares
38. Antonio Carlos Valadares Filho
39. Aparecido Alves de Oliveira
40. Arenilda Duque da Silva
41. Aristótelis Gonçalves
42. Arthur da Silva
43. Arthur Moreira Lima Júnior
44. Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha
45. Bruna da Rosa Alves
46. Caio Isacksson Santana
47. Carlindo Klug
48. Carlos André Lobato Mendes
49. Carlos Camilo Góes Capiberibe
50. Carlos César Correia de Messias
51. Carlos Enrique Franco Amastha
52. Carlos Roberto Siqueira de Barros
53. Cassandra Figueiredo Dias

54. Cássio Coelho Andrade
55. Claudemir Nonato de Santana
56. Cláudio Valverde Santos
57. Cleiton Roque
58. Cleuza Pereira do Nascimento
59. Cristiane Ferreira da Silva
60. Dalva Helena Nunes de Souza
61. Dalvino Troccoli Franca
62. Daniel da Cunha Lima Ribeiro
63. Daniel do Nascimento Lopes
64. Daniel Lindoso Mota
65. Danilo Jorge de Barros Cabral
66. Denis Anderson da Rocha Bezerra
67. Dileuza Marins Del Caro
68. Diogo Casé Moraes
69. Diogo Vasconcelos
70. Domingos Albuquerque Paz
71. Domingos Leonelli Netto
72. Ed Wilson Lino da Silva
73. Edem Ferreira dos Santos
74. Edevande Pinto França
75. Édio Elói Frizzo
76. Elber Andrade Batalha de Goes
77. Elgiane Lago
78. Eliane Silva de Oliveira
79. Elias Vaz de Andrade
80. Elisangela Vieira Macedo
81. Eliseu Gabriel de Pieri
82. Ely da Silva Almeida
83. Enesia Oliveira da Silva

84. Enio Moura Brochado
85. Estelizabel Bezerra de Souza
86. Evilásio Cavalcante Farias
87. Fabiano Rodrigo Dupont
88. Fabio Henrique Matos
89. Fabio Luciano de Araújo Maia
90. Fabíola Mansur de Carvalho
91. Felipe Rocha Martins
92. Fernando Eduardo Cândido Mousinho
93. Flávio de Sousa Silva (Brébis)
94. Francileide Fontinelle Passos
95. Francisco de Assis Cortêz Gomes
96. Francisco de Assis Silva
97. Francisco Pereira Melo
98. Francisco Tadeu Barbosa de Alencar
99. Gabriel Leitão
100. Gabriel Maia Gelpke
101. Gelson Luiz de Albuquerque
102. Georgina Reis e Silva
103. Geralda Lopes de Resende
104. Geraldo Julio de Mello Filho
105. Gervásio Agripino Maia
106. Gilson Batista de Lima
107. Giuseppe Gazzinelli Silva de Barros
108. Givanildo Pereira dos Anjos
109. Glauce Jane Cordeiro
110. Godinho José da Silva Santos
111. Guilherme Wanderley Ribeiro
112. Heitor José Schuch
113. Hugo Alexandre Pulido Pires

114. Hugo Cabieses
115. Humberto Felipe Barnachea Vasquez
116. Iago Sarinho de Oliveira
117. Iara Cristina Vidal Mendes
118. Igor Belchior
119. Igor Frederico de Oliveira
120. Iradilson Sampaio de Souza
121. Isaltino José do Nascimento Filho
122. Israel Rocha Borba
123. Ivan Vasconcelos de Carvalho
124. Ivanilda Matias Gentle
125. Izete Santos do Nascimento
126. Jackson Bueno da Conceição
127. Jacqueline Moraes da Silva Avelina
128. Jailson Souza e Silva
129. James Figueiredo
130. James Lewis Gorman Júnior
131. Janete Maria Góes Capiberibe
132. Jânio Francisco Benith
133. Jaqueline Viana de Mesquita
134. Jenifer Cardoso
135. Jeová Vieira Campos
136. Jiberlandio Miranda
137. João Alberto Rodrigues Capiberibe
138. João Batista Conti (Ted Conti)
139. João de Andrade Arraes
140. João Dias Ferreira
141. João Henrique de Andrade Lima Campos
142. João Leonel Bertolin
143. João Marcos Grossi Lobo Martins

144. João Paulo Moreira Correia
145. Johny Araújo Sousa
146. Joilson Antonio Cardoso do Nascimento
147. Jorge José Gomes
148. José Adilson Nunes Bezerra
149. José Alves Pereira Filho
150. José Antonio Figueiredo de Almeida da Silva
151. José Augusto de Carvalho Gonçalves Nunes
152. José Evaldo Costa
153. José Luis Stédile
154. José Marcelo do Nascimento Nilo
155. José Marcelo Mota
156. José Renato Casagrande
157. Juliana Araújo Vicente Roque
158. Juliana Nunes Lima
159. Júlio César Delgado
160. Júlio Gomes de Oliveira
161. Jumariana Oliveira
162. Karina Delfino Mussa
163. Karina Drummond Pinto
164. Kassiano Lucas Lopes de Andrade
165. Kátia Gomes Gaivoto
166. Katyene Susy Vieira
167. Laudiniz Gabriel de Oliveira Júnior
168. Laura Mota Gomes
169. Leandro José Pontes Costa
170. Leila Gomes de Barros Rêgo
171. Lídice da Mata e Souza
172. Lissauer Vieira
173. Luciana Trindade de Macedo

174. Luciano Ducci
175. Luciano Ferreira de Souza (Luciano Leitoa)
176. Luciano Vasquez Mendez
177. Luigi Rodrigues Longo
178. Luiz Batista Bruno
179. Luiz Cláudio Romanelli
180. Luiz Gonzaga Patriota
181. Luiz Odorico Monteiro de Andrade
182. Luiz Roberto de Albuquerque (Beto Albuquerque)
183. Lutero Henriques de Menezes Junior
184. Magda Suely Rosa Oyo Valentim
185. Manoel Almeida da Silva
186. Manoel Furtado
187. Marcelo Mota Gomes
188. Márcia de Figueiredo Lucena de Lira
189. Márcia Helena Gonçalves Rollemberg
190. Márcio Luiz França Gomes
191. Marco Antônio da Silva
192. Marcos de Alencar Dantas
193. Mardelene de Jesus
194. Margarida Luiza de Matos Vieira
195. Maria Andrade Leite
196. Maria Aparecida de Souza Oliveira
197. Maria Aparecida Ramos de Meneses
198. Maria Cristina do Rosário Almeida
199. Maria de Jesus Matos Natividade
200. Maria Eduarda Guedes
201. Maria Luiza Oliveira Loose
202. Maria Niedja Guimarães
203. Maria Olga Alonso Suárez

204. Maria Sandra Pereira de Marrocos
205. Maria Silene Pereira de Marrocos
206. Maria Valéria Lemos Vasconcelos
207. Marianne Tavelli
208. Mário Assad Junior
209. Mario Cesar Moreira
210. Mario Luiz Guide
211. Mário Sander Bruck
212. Marlos Luis de Araújo Costa
213. Maria Salete Ramos da Silva
214. Maura Cristina da Silva
215. Mauro César de Castro Soares
216. Mauro Lobo Martins Júnior
217. Max Joel Russi
218. Niully Nayara Santana Campos
219. Odmar Péricles Nascimento
220. Osmar de Sá Ponte Junior
221. Pablo Feitosa Nunes Amorim
222. Paulo Afonso Bracarense Costa
223. Paulo César Matheus da Silva
224. Paulo Henrique Saraiva Câmara
225. Paulo José Dantas de Jesus
226. Paulo Rogerio Soares Leite
227. Pedro José Luiz Coelho
228. Pedro Reis de Oliveira
229. Priscila Gomes Moura
230. Rafael de Alencar Araripe Carneiro
231. Rafael Huete da Motta
232. Rafael Niceias Simões
233. Raimundo José Mendes Silva

234. Rene Hoyos Suarez
235. René Mendes Vilela
236. Ricardo Ayache
237. Ricardo Vieira Coutinho
238. Rita de Cássia
239. Rita de Kássia Bezerra Cordeiro de Oliveira
240. Roberto Chiazaro
241. Roberto Franca Filho
242. Robson Botelho
243. Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça
244. Rodrigo Mousinho Hita
245. Rodrigo Oliveira de Castro Dias
246. Rodrigo Sobral Rollemberg
247. Rogério Amaral Oliveira
248. Rosa Amélia Silva Costa
249. Rosana Maria Mota Silva
250. Rubens Germano Costa
251. Sandra Figueiredo
252. Serafim Fernandes Corrêa
253. Sérgio Garcez de Oliveira
254. Severino Nunes de Araújo
255. Sidney Pereira Nunes
256. Sileno Sousa Guedes
257. Sinoel Batista
258. Silvana de Castro Teixeira
259. Silvana Rodrigues
260. Silvânio Medeiros dos Santos
261. Sílvia Cordeiro
262. Sílvio Humberto dos Passos Cunha
263. Tadeu Sávio Souza de Lira

264. Tamara Ilinsky Crantschaninov
265. Tathiane Aquino de Araújo
266. Thaís Vital dos Santos
267. Tiago de Paula Andrino
268. Tiago Ribeiro Machado
269. Tony de Siqueira Sechi
270. Ubirajara do Pindaré Almeida Sousa (Bira do Pindaré)
271. Valdomiro Lopes da Silva Júnior
272. Valneide do Nascimento dos Santos
273. Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto
274. Vera Regina Müller
275. Vicente Paulo de Oliveira Selistre
276. Wilson Luiz da Silva (Wilson da Fetaemg)
277. Vivian Lis Paes de Freitas Andrade
278. Vladimir da Silva
279. Volmir José Miki Breier
280. Waldemar Alberto Borges Rodrigues Neto
281. Wander José Goddard Borges
282. Wanderson Alves Fernandes
283. Washington Luiz Picanço da Silva
284. Wellington da Silva
285. Wellington Silveira Filho
286. Wilson Nunes Martins
287. Wilson Pedro da Silva





Esse Livro 5, Teses ao Congresso Constituinte da Autorreforma do PSB, é o Projeto de Teses para o Novo Programa do PSB. O Programa aprovado no XV Congresso do Partido guiará os socialistas brasileiros nos próximos anos do século XXI. Em forma de livro, impresso e digital, como o Livro 3 e o Livro 4, visa facilitar a discussão dentro e fora do PSB sobre as ideias inovadoras e vivificadoras da política que apresentamos aos militantes socialistas e à sociedade brasileira.

O documento que hora apresentamos constitui-se na sistematização dos conteúdos dos Cadernos 1 e 2 e dos Livros 3 e 4 da Autorreforma elaborados a partir das discussões derivadas da decisão do Diretório Nacional em 8 de julho de 2019 e da histórica Conferência Nacional realizada no Rio de Janeiro em 28, 29 e 30 de novembro de 2019 com a participação de mais de 300 dirigentes partidários. As teses apresentadas no Livro 4 foram revistas e resumidas. A elas foram acrescidas contribuições da militância do PSB, de seus segmentos organizados e das contribuições advindas de inúmeros ciclos de debates internos do PSB e externos a ele. Desta forma, essa produção coletiva representa a consubstanciação da construção democrática do Novo Programa do PSB. Emendas ao Livro 5 serão recepcionadas pela Comissão de Redação sob a supervisão da Comissão Executiva Nacional do Partido e que resultarão na proposta de Programa a ser aprovado no Congresso Constituinte da Autorreforma a se realizar em abril de 2022.

Novas ideias foram elaboradas a exemplo da Revolução Criativa na Educação, Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento, Reforma do Estado, Amazônia 4.0, Empregos Verdes, Reforma Urbana e Cidades Criativas ao lado da defesa de vários pontos da Constituição de 1988. Dedicamos todo um capítulo ao Socialismo, à Democracia e ao Partido que Queremos. Presente também referência à Não Violência Ativa como uma ideia de método de Luta pelo Socialismo Criativo.

